

INTRODUÇÃO

PROLEGÔMENOS EPISTEMOLÓGICOS – DA CAUSALIDADE, DA POSIÇÃO ÉTICA E DA METODOLOGIA

1.1 UMA CAUSA... UMA QUESTÃO...

Este trabalho marca uma inflexão em meus estudos e pesquisas no campo psicanalítico. Significa um ajuste entre o meu desejo de seguir na vereda psicanalítica e as vicissitudes de meu percurso profissional como psicólogo, as quais me encaminharam para o universo corporativo e para o setor chamado de Recursos Humanos (RH) nas empresas. Trata, portanto, da realização de um desejo de saber, cuja causa está na confrontação do autor, uma confrontação própria e única, após uma sucessão de descontinuidades e relutâncias no seu percurso profissional, com a questão das relações teóricas, práticas e éticas do sujeito da psicanálise com a forma de organização do trabalho nas organizações e empresas na contemporaneidade, cuja orientação estruturante é, *petitio principii*, utilitarista e financista, e que sob um véu de cientificidade e de produtividade mascara uma opção ideológica e uma visão muito específica de ser humano. Nesse sentido, acreditamos que a História definitivamente não acabou – estamos longe de um modelo final e acabado de sociedade. Neste momento histórico em que vivemos, os sujeitos humanos são convocados a tornarem-se máquinas de calcular e de competir pela felicidade, mas isso não acontece de forma unívoca,

seja pelas resistências afetivas e éticas à estrutura perversa e cínica dos modelos financistas de gestão do trabalho e da vida, seja pela predominância nas comunidades de um humor deprimido – ou de sua outra face, o humor maníaco – que apontam para os limites deste modelo de sociedade, que nos parece próximo a um esgotamento. Assim, a contemporaneidade evidencia o paradoxo dos avanços tecnológicos e de produtividade, associados a um crescimento da infelicidade, da insatisfação, da solidão e das depressões, ademais da incapacidade de os indivíduos produzirem *pensamentos próprios*. Além, é notório, da pobreza e da fome que assolam a maior parte dos países do “Sul”.

Sublinha-se, de saída, e sob a perspectiva psicanalítica, que cada indivíduo tem um estilo pulsional que marca o seu estar no mundo, o seu modo de fazer laço social e de gozar. Esse modo de estar no mundo apresenta-se no dia-a-dia como uma “agir expressivo” característico de cada pessoa, ou seja, como um repertório de possibilidades de ação, de habilidades verbais e motoras que se atestam no trabalhar e no amar. Postula-se também, ao menos desde a leitura lacaniana da obra de Freud¹, mas muito certamente com a *contrassinatura*² de Freud, em um fabuloso *a posteriori*, no momento próprio à ressignificação da verdade, que o sujeito da Ciência é o sujeito dividido, o sujeito da consciência e do pensamento, mas também o sujeito do inconsciente, aquele que Freud soube escutar na clínica, em seus sintomas neuróticos, seus sonhos, suas angústias, suas fantasias inconscientes e seus desejos recalcados. Afirma-se, então, a partir do trabalho seminal de Freud, que é a partir de uma hiância, de uma impossibilidade

¹ Lacan afirma literalmente em “A Ciência e a Verdade”, lição inaugural do Seminário sobre o Objeto da Psicanálise, que: “Eis por que era importante promover, antes de mais nada, e como um fato a ser distinguido da questão de saber se a psicanálise é uma ciência (se seu campo é científico), exatamente o fato de que sua práxis não implica outro sujeito senão o da ciência” (LACAN, 1998, p. 878).

² Contrassinhar remete ao termo *counter-signature*, cunhado por Jacques Derrida para falar das relações entre quem escreve e quem ao ler rescreve, segue o pensamento de um autor e, simultaneamente, não o segue. “A counter-signature is a signature which both confirms the first signature, the former signature, and nevertheless is opposed to it; and in any case it’s new, it’s my *own* signature. A counter-signature is this strange alliance between following and not following, confirming and displacing; and displacing is the only way to pay homage, to do justice” (DERRIDA, 2003, p. 10. Entrevista original concedida em inglês). Assim, o jogo de palavras derridiano implica que se fosse possível a Freud ler o Lacan que lê Freud, ele Freud contra-assinaria, seguiria e não seguiria, para fazer justiça ao grande trabalho empreendido por Lacan ao retornar à obra de Freud. Este, todavia, jamais poderia seguir totalmente a leitura de Lacan, ou deixaria de ser ele mesmo, na descontinuidade de sua identidade, Freud. Endossar o cheque alheio implica a abertura de novos créditos e não apenas endividamento.

de totalidade de significação, que o sujeito mergulha em um enigma, que o animal humano³ busca o conhecimento sobre si, sobre o outro, sobre o mundo e principalmente sobre o que escapa aos seus cálculos e previsões.

É notório que o *cogito* – a substância pensante – e o corpo não se complementam plenamente, restando para cada indivíduo, na sua relação consigo e com os outros, algo Real que escapa às operações simbólicas – ou, da forma simples e precisa como afirmou Freud: “o eu não é senhor na própria casa” (FREUD, 1917, p. 178). Entre o eu que pensa e o corpo que existe há um desencontro, um desconforto, uma descontinuidade, uma divisão-ligação⁴ que exige do aparelho psíquico um trabalho incessante. Esse trabalho psíquico é a própria origem do humano e está na base de qualquer atividade produtiva realizada pelo animal-humano, mesmo que a gênese do trabalhar envolva, sempre e de modo dialético com o pensar, um corpo em ação. **O trabalho psíquico, portanto, é a essência e a base de toda e qualquer fabricação humana.** Por sua vez, as atividades produtivas – o trabalhar – são essenciais para a constituição do psíquico. E, certamente, a perspectiva marxiana de que o trabalho é a essência do humano ganha um amplo suporte na concepção de que o existir como sujeito singular,

³ A expressão encontra parte de seu significado na conferência de Jacques Derrida (2002 [1999]) intitulada “O Animal que Logo Sou”, na qual o filósofo argelino interjoga com o lugar especial que o ser humano ocupa na narrativa bíblica. Para mim, falar de animal humano é enfatizar que o elemento pulsional caracteriza-se por uma dobra entre natureza e cultura, a qual certamente diferencia o ser humano dos demais animais, mas não no sentido de eleição especial e de poder superior indicados no texto bíblico. Derrida parte do fato de o ser humano ter nomeado, conforme o relato bíblico, os demais animais, e que, portanto, estaria numa posição superior em relação a eles. Trata-se na verdade, nessa dobra entre natureza e cultura, entre corpo biológico-pulsional e linguagem simbólica, da inserção de uma diferença que cria elementos próprios ao ser humano, mas que não o exclui ou o aparta completamente do reino animal. Não estamos fora da Natureza, apesar do trabalho construtor da Cultura.

⁴ O que não significa uma posição dualista acerca do ser humano, pois não há uma separação entre mente e corpo, mas sim um eu que somente pode existir num corpo. O que tem implicações diretas para a perspectiva que reduz o humano ao cerebral. O que quer que seja este cerebral, ele não existe fora de um corpo. Certamente, o cérebro também não funciona fora do social – ou se pudermos pensar nessa situação esdrúxula ou extremamente patológica, certamente o cérebro funcionaria muito mal sem ser influenciado e interagir com as demais partes do corpo e com o corpus social. Tal visão esdrúxula remete a um cenário de ficção-científica. Mesmo assim, esta visão de que o cérebro é um centro de controle soberano, apartado do corpo, ou pelo menos que não sofre influências e/ou comandos do corpo e das relações sociais, tem ganhado muitos adeptos.

articulando o corpo e a linguagem, já caracteriza em si um trabalho, uma tarefa primordial, sem a qual nenhum outro labor é possível⁵.

O campo epistemológico das ciências humanas é certamente um vasto espaço de discussões, e o *cientista padrão* que contemporaneamente utiliza um método ao qual, numa condensação com viés personalístico, nomeamos de método científico cartesiano-newtoniano, este cientista movimenta-se em um contexto no qual incessantemente pairam a incerteza e a indeterminabilidade dos fenômenos, inclusive a incerteza sobre o seu lugar de cientista no processo de condução de uma pesquisa, que para ser efetivamente uma pesquisa precisa ser permeada pela dúvida, pela vontade de saber e pelo reconhecimento de algo no objeto pesquisado que escape ao conhecimento existente, algo que lança um novo questionamento, que nos desafia e até incomoda, e que, algumas vezes, permite-nos construir novas hipóteses e dissecá-las. Nesse sentido, o trabalho científico é causado por um estranhamento que o cientista transforma em questionamento e por vezes em hipótese e/ou experimentação e pesquisa.

Diferentemente do indivíduo cientista, sujeito dividido e marcado por esta vontade de saber, corolário de um desconhecimento e de uma perplexidade em face dos fenômenos, mas confiante na sua capacidade de pensar e de pesquisar, a Ciência, coluna do conhecimento e da produção de verdade no âmbito do chamado Projeto da Modernidade⁶, ocupa o lugar de Outro enunciador de verdades completas e válidas, ditando comportamentos humanos e restringindo atos (Trabalhos? Produções? Amores? Prazeres?) autênticos e mais espontâneos. Complementamos, esta Ciência fálica e confiante se alia, na contemporaneidade, à tecnologia e à produção capitalista. Nesse contexto, o saber científico (?) que se constrói por meio de abordagens compreensivas, sem recurso à estatística ou ao experimento controlado que simula (ou tenta simular) a realidade, é cada vez mais desqualificado e reduzido ao nível da *doxa*. Para muitos, a Psicanálise não

⁵ Como veremos adiante, os usos, por Freud, da palavra alemã *Arbeit*, que significa trabalho, apontam para as diferentes modalidades de trabalho psíquico que são necessários para que o sujeito possa agir e trabalhar no mundo. Neste sentido, como aponta a psicodinâmica do trabalho, não há *Poiesis* sem *Arbeit*.

⁶ De acordo com David Harvey, citando Jurgen Habermas, o Projeto da Modernidade: “equivale a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas ‘para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas’ [...] O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas” (HARVEY, 1992 [1989], p. 23).

é uma Ciência, e por isso, esta *prolegomena* é essencial. Pois, como pode haver teses universitárias sobre o trabalhar, discutindo tecnologias e mecanismos de gestão do trabalho, *cientificamente* estudados e validados, a partir de outra base epistemológica sob os auspícios da Psicanálise?

O conhecimento científico, validado pelo cânone positivista e pelo método experimental, vem determinando manejos disciplinares do corpo como, por exemplo, o que comer, o que beber, como se exercitar, quantas horas dormir, como ser resiliente diante das exigências cada dia maiores do trabalhar, como ter uma vida sexual saudável e prazerosa, etc. – e, num sentido mais amplo, e de forma mais sutil, determina também quanto o sujeito deve consumir! Essa docilização e esse adestramento dos corpos estão presentes na construção social da realidade, ordenada e percebida por nós sob a lógica dessas verdades científicas que seguem constituindo o campo da verdade – eterna em seu enunciado científico, porém, paradoxalmente, mutante e muitas vezes efêmera, como, por exemplo, no discurso científico sobre o que eleva a taxa de colesterol –, e especificamente para nós, no campo do trabalho e da produção, campo tão sujeito às variáveis econômicas e políticas de curto prazo, bem como à utilização de novas tecnologias com um viés de controle e de captura do imaginário dos trabalhadores, sob um véu de cientificidade, que incorpora também um manejo disciplinar, mais ou menos sutil, dos trabalhadores.

É preciso, assim, investigar as formas contemporâneas de organização (científica!) do trabalho, pois se o modelo taylorista-fordista, marcado pelo trabalho mecânico na esteira rolante da fábrica, muito bem representado e criticado por Charles Chaplin no clássico *Tempos Modernos*, ainda está presente, novas formas de organização do trabalho, lastreadas pela introdução de novas tecnologias e metodologias de gestão, especialmente após o surgimento do microcomputador – que registra todas as ações do indivíduo e informatiza os processos de trabalho – e a utilização de ferramentas de controle de qualidade e de avaliação individual de desempenho quantitativas, colocam novas questões à compreensão do trabalhar. Mecanismos e tecnologias desenvolvidos cientificamente e aplicados no sentido da produtividade afetam pessoas, e esse aspecto do trabalho vem sendo *tratado* por meio das *modernas* práticas de gestão, acerca das quais é necessário avaliar as consequências sobre a saúde dos trabalhadores e não apenas a produtividade e o consumo derivados.

O discurso do Rei, absoluto e inquestionável, determinante direto da fortuna de seus súditos, riqueza ou suplício, foi substituído pelo discurso da Ciência, que, nascido da dúvida e da incerteza dos sujeitos pesquisadores, assume o lugar

de Grande Enunciador das verdades totais e eternas⁷. Na reflexão habermasiana sobre as relações entre a técnica e a Ciência, estas se atrelam, constituindo-se assim um mundo marcado pelo domínio da tecnociência, orientada pela razão instrumental finalista; um mundo, portanto, ainda mais desencantado do que indicara Max Weber (2003 [1958]) na aurora dos estudos sociológicos⁸. O desencantamento do mundo apontado por Weber acentua-se com a virtualização das vivências no século XXI e, de certa forma, como especula Zizek (2002), uma certa paixão pelo real apresenta-se como resposta possível dos sujeitos ao hiperdesencantamento que o mundo do espetáculo pragmático e racionalizado apresenta. Diante de tantos simulacros, de tantos *gadgets* fascinantes, de tanta maquiagem, alguns optam por cortar a carne (própria ou alheia), por estilhaçar prédios e pessoas, por fazer invadir as redes sociais pelo horror que resgata algo de um contato efetivo com o mundo, com a carne, com a coisa. No campo do trabalho, o grande aumento no número de empregados deprimidos nas empresas aponta para uma insuportabilidade do jogo de cena (espetáculo?) que as técnicas de gestão colocam em campo, prometendo trabalho sem dor, e até com prazer, enquanto as atividades laborativas são cada vez mais fragmentadas,

⁷ A produção científica parece seguir a lógica de consumo do mercado. Centenas de pesquisas são replicadas, como produtos em série, as quais são uma forma de produção e consumo, até uma mudança de recorte epistemológico. O que Kuhn (2005 [1962]) chamou de revolução científica, decorrente de uma mudança de paradigma, passa a ocorrer em velocidade de *fast food*, daí a chamada *Mcdonaldização* da produção científico-acadêmica, que passa a funcionar sob um regime de metas quantitativas como ocorre nas áreas de produção e de vendas nas empresas etc. O fato é que uma descoberta científica de 2013, validada por inúmeras pesquisas em diferentes países, pode já estar superada em 2015. Essa realidade *orwelliana* não tira da Ciência o lugar de enunciativa de verdades absolutas, mas coloca um desafio à epistemologia contemporânea. É preciso marcar que as lógicas produtiva e financeira, bem como o consumismo, não possuem preocupações epistêmicas, mas, paradoxalmente, orientam a produção científica na atualidade. Veremos adiante que este processo de extensão da lógica financeira e utilitarista a todos os campos sociais é decorrente da implementação da ideologia neoliberal.

⁸ Em sua obra mais conhecida, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber sustenta que o puritanismo protestante desencantou a religiosidade ao retirar dos rituais o imaginário mágico, bem como a possibilidade de concessão do perdão pelo sacerdote. O ritual religioso tornou-se racionalizado, como tudo mais viria a ser sob o jugo da Ética Protestante. Essa ética do trabalho duro e racionalizado, com um acerto de contas deixado para o final da vida, com uma religiosidade sem imagens, e de um chamado divino pré-definido (*Beruf*) a ser cumprido por cada indivíduo, seria a base do espírito capitalista. O desencantamento do mundo é a extirpação dos elementos mitológico e mágico da vida e inclusive da religiosidade, e a predominância do novo império da racionalidade voltada para o desempenho. O imaginário mágico é substituído pelo imaginário da racionalidade orientada pelo imperativo da eficácia econômica. Podemos dizer então, com Weber, que nesse processo de exclusão do mito e de hipervalorização da racionalidade o mundo tornou-se desencantado (*Entzauberung der Welt*).

exaustivas e vazias de sentido para o trabalhador. Segundo Thiry-Cherques, estudioso de Weber:

A racionalização levou-nos primeiro à desmistificação, depois ao desencantamento do mundo e, por fim, à idolatria pragmática do real concreto. O que temos hoje é a vida consumida pelo trabalho. Um trabalho exclusivamente ligado às condições técnicas e econômicas da produção mecânica e mecanicista. Um trabalho que arruína todas as outras esferas do viver; que erigiu um mundo onde todos os trabalhos são forçados, onde todo esforço humano se concentra na reprodução do mundo. Um trabalho que celebrou o pacto fáustico com o diabo por maiores riquezas, condenado à insatisfação eterna da plenitude jamais realizada (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 915).

A Ciência, como discurso ideológico e como lugar de produção de conhecimentos (reconhecidos como verdade pelas sociedades modernas), se apresenta por meio da produção de tecnologias aplicadas à produção e ao desenvolvimento material das sociedades humanas. A Ciência é, assim, o eixo central do progresso e o espaço privilegiado de aplicação da racionalidade instrumental. Habermas (1968), buscando ampliar a compreensão do campo da racionalidade, postula uma racionalidade comunicativa como meio de modular as relações humanas, de forma a não deixar os cidadãos completamente reféns do domínio que se justifica pelo saber técnico-científico e pela utilidade, reduzindo as ações humanas à sua racionalidade instrumental. Como veremos adiante⁹, a análise habermasiana, apesar da introdução, no debate, de uma racionalidade comunicativa, apresenta-se abstrata e distante do conflito social que se mostra na realidade humana. Marcuse (1966), diferentemente, é mais cético quanto à possibilidade de se inserir uma dimensão subjetiva no campo da racionalidade instrumental e da administração científica, apontando precocemente para o esmagamento da subjetividade pelo império da técnica e da administração científica total:

A administração científica das necessidades instintivas converteu-se, desde há muito, em fator vital na reprodução do sistema: a mercadoria que tem que ser comprada e usada traduz-se em objetos da libido; e o Inimigo nacional, que tem de ser combatido e odiado, é distorcido e inflado a tal ponto que pode ativar e satisfazer a agressividade na dimensão profunda do inconsciente. A democracia de massa fornece os apetrechos políticos para efetuar-se essa introjeção do Princípio de Realidade; não só permite às pessoas (até um certo ponto) escolherem seus próprios amos e senhores, e participarem (até um certo ponto) no governo que as governa, como também permite aos senhores e amos desaparecerem por trás do véu tecnológico do aparelho produtivo e destrutivo que eles controlam, e esconderem o preço humano (e material) dos benefícios e conforto concedidos àqueles que colaboram. O povo, eficientemente manipulado e organizado, é livre; a ignorância e a impotência, a heteronomia introjetada é o preço de sua liberdade (MARCUSE, 1966, p. 14).

⁹ Ao analisarmos o trabalho de Axel Honneth no subcapítulo 3.4.

Diante desse predomínio da racionalidade instrumental na contemporaneidade, a realização de desejo de compreender, do autor deste trabalho, no caminhar desta reflexão, traça um curso sinuoso, pois entre o assunto pesquisado no Mestrado,¹⁰ no qual interoguei, tocado pela poesia que visceralmente emergiu como produção da minha análise pessoal, “por que Freud, um cientista inserido no Projeto Científico da Modernidade, orientado pelo paradigma cartesiano-newtoniano, recorreu e citou, para construir a Psicanálise, mais aos poetas do que aos cientistas?”, e o objeto de pesquisa que explorei na Tese para o Doutorado¹¹, depois de um hiato na minha relação de proximidade com a Psicanálise (ao menos como atividade ou como referência de trabalho), e talvez mesmo, uma desaparecimento do sujeito desejante seguida de uma retificação subjetiva, questiono aqui, justamente, a relação das pessoas com o seu trabalho no mundo atual, e mais especificamente com o trabalhar sob as dinâmicas e modos de organização do trabalho na contemporaneidade. Isto é, os saberes e as técnicas compreendidos sob o nome de Gestão de Pessoas, que são predominantes no ambiente corporativo e cada vez mais presentes na administração pública, civil e mesmo na militar. O que a Psicanálise tem a dizer sobre as tecnologias de gestão e a organização do trabalho na contemporaneidade? Se indagamos os efeitos desse modo de organização do trabalho sobre o sujeito da Psicanálise – e não sobre o sujeito utilitarista que parece sustentá-la – o que podemos encontrar?

Assim, após um meandro no meu percurso profissional, depois um ajuste de contas com o meu desejo, deparo-me com a questão do trabalho em uma sociedade altamente tecnicista e submetida à voracidade devoradora do Mercado¹². O

¹⁰ A dissertação defendida em 2008 foi publicada em 2011 originando o livro: *Poesia, Psicanálise e a Construção do Conhecimento*. São Paulo: Ed. Escuta, 2011.

¹¹ Tese de Doutorado em Psicanálise, Saúde e Sociedade, intitulada *Agir Expressivo, Técnica e Construção de Sentido no Mundo Corporativo*, defendida em Fevereiro de 2018 na Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro. Como dito na apresentação, este livro é uma versão ligeiramente modificada do texto da Tese.

¹² Em trabalho interessante, Pacheco Filho (2012) mostra como a proposição de um novo sujeito pós-moderno por alguns psicanalistas, a partir de ideias como a “queda do simbólico”, o “declínio do pai” ou a “perversão generalizada” apenas “mimetiza a lógica do ‘discurso capitalista’ em sua substituição frenética de mercadorias/marcas/modelos, de modo a tamponar a ‘falta’” (p. 194). Cabe a pergunta: trata-se de uma substituição do paradigma psicanalítico de fato (estamos diante de um sujeito completamente diferente o qual não responde às categorias centrais da Psicanálise?) ou de um sintoma, no seio da produção psicanalítica, da avassaladora lógica de produção do Mercado, à qual o movimento psicanalítico teria sucumbido. Somos também marqueteiros vendedores de algo?

que a Psicanálise pode dizer da relação do animal humano¹³ com o seu trabalho em um mundo dominado pela lógica financeira e pelos imperativos de consumo do Mercado; marcado ainda por uma crença soberana na cientificidade e na eficiência, as quais adquirem uma consistência imaginária colossal em face das novas tecnologias e simulacros espalhados pelas vitrines, *outdoors*, telas de todos os tipos e tamanhos e demais *gadgets* sem os quais não sabemos mais viver? Ou, reformulando, há sofrimento (gozo?) na relação do animal humano com o seu trabalhar na era do espetáculo e do predomínio da técnica? Se há, o que a Psicanálise pode dizer desse sofrimento? Ou ainda, para que a Psicanálise escute *este* sujeito é necessário que ela revolucione o seu campo e reestruture o seu objeto epistemológico? Enfim, estamos diante de um novo sujeito ou de uma mudança no modo de laço social dos sujeitos em face da ideologia dominante, ou seja, da transformação da teoria econômica liberal numa verdade natural inquestionável e soberana e, portanto, de suas consequências na organização do trabalho?¹⁴

As causas íntimas ou contingenciais desse meu desvio de percurso¹⁵ não constituem o objeto dessa indagação, mas certamente são um elemento importante no meu posicionamento ético ao vestir a indumentária de pesquisador e efetuar o recorte da temática deste livro, inserindo na construção deste objeto algo que, brotando do meu desconforto, do meu mal-estar, afeta diretamente o meu discernimento da realidade. Diferentemente da poesia, a qual ocupa um lugar privilegiado na obra de Freud e de Lacan¹⁶, o trabalhar, como objeto de

¹³ Animal humano quer dizer animal que pensa, mas que não deixa de possuir um corpo. Corpo que ao habitar a linguagem/ser habitado pela linguagem aparta-se do Real e passa a pensar, sem jamais poder se reunificar com o todo, com a *Physis*. Como mencionado na nota de rodapé 3, esse uso deriva da perspectiva adotada por Jacques Derrida acerca da posição do ser humano em relação aos demais animais.

¹⁴ “O que acontece no último estágio do capitalismo ‘pós-moderno’ e pós-68 é que a *própria economia (a lógica do mercado e da concorrência) se impõe cada vez mais como ideologia hegemônica*” (ZIZEK, 2011, p.10)

¹⁵ E veremos que *Arbeit* e *Poiesis* estão intimamente conectados, então o desvio poderia ser visto como desdobramento...

¹⁶ Podemos, à guisa de exemplo desse lugar privilegiado dado à poesia por Freud e por Lacan, apontar o parágrafo final da conferência XXXIII de Freud, a qual versou sobre a Feminilidade: “Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem da própria experiência de vida dos senhores, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes informações mais profundas e coerentes” (FREUD, 1933[1932], p.165), e o comentário de Lacan acerca da obra de Marguerite Duras: “Penso que, apesar de Marguerite Duras me fazer saber por sua própria boca que não sabe, em toda a sua obra, de onde lhe veio Lol [personagem de um de seus romances], e mesmo que eu pudesse vislumbrar, pelo que ela me diz, a frase posterior, a única vantagem que um psicanalista tem o direito de tirar de sua posição, sendo-lhe esta reconhecida

estudos, parece apenas interessar aos psicanalistas, ao menos como objeto de reflexão, quando alcança o estatuto de arte ou de ciência – ou de obra, poderíamos dizer seguindo a diferenciação proposta por Arendt (2014 [1958]) entre *labour* (trabalho) e *work* (obra) –, sendo então abarcado teoricamente pela Psicanálise por meio da noção de sublimação, e tratando-se, desse modo, especialmente do trabalho dos *grandes homens*, daqueles homens cujo desejo e a contingência da vida geraram e lançaram uma produção cultural ao infinito¹⁷.

O trabalho do homem comum, o qual, seguindo a problemática visão jurídica, poderíamos nomear de *homem médio*, foi considerado, por Freud (1930), um elemento essencial da vida das pessoas, capaz de vinculá-las à realidade como nada mais, porém, entendido como um caminho de enfrentamento da realidade pelo qual os indivíduos sentiriam majoritariamente aversão. Em longa nota de rodapé, em sua obra *O Mal-estar da Cultura* (1930), Freud posiciona o trabalho como a mais eficaz técnica para ligar os sujeitos à realidade, mas também como algo que o animal humano usualmente não preza:

Quando numa pessoa não existe uma disposição especial que prescreva imperativamente a direção que seus interesses na vida tomarão, o trabalho profissional comum, aberto a todos, pode desempenhar o papel a ele atribuído pelo sábio conselho de Voltaire [Freud mencionara que ao final de *Cândido*, Voltaire prescrevera que se cuidasse do próprio jardim] [...] Nenhuma outra técnica [Freud vinha falando das técnicas para afastar o sofrimento] para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional, e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade [...] No entanto, como caminho para a felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens [...] A grande maioria das pessoas só trabalha sob a pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis (FREUD, 1974 [1930], v. XXI, p. 99).

como tal, é a de se lembrar, com Freud, que em sua matéria o artista sempre o precede e, portanto, ele não tem que bancar o psicólogo quando o artista lhe desbrava o caminho” (LACAN, 2003/1965, p. 200). Fica evidente que o poeta/artista adentra o real de uma forma diferente do cientista que, preso ao método positivista, limita sua sensibilidade e exclui sua subjetividade (ou acredita excluí-la...).

¹⁷ “Como bom liberal da *Viena fin-de-siècle*, Freud entendia que a sublimação era privilégio dos que podiam ter acesso ao que considerava como a forma não ilusória de satisfação cultural, as artes e a ciência” (COSTA, J. F. In: CODO, 1994).

Todo indivíduo que trabalha habita, porém, um corpo, com todas as dores e as delícias que habitar um corpo pulsional implica. Cada trabalhador é um sujeito que pensa e age, mas que precisa da poesia, como expresso nos versos de Hölderlin: “Cheio de méritos, mas poeticamente o homem habita esta terra” (apud Heidegger, 2006 [1954], p. 168); este animal-humano precisa da medida poética para apaziguar o desencontro entre seu corpo pulsional e sua linguagem, cujo uso é, ao menos na dimensão consciente, alicerçado no *cogito*, o qual é aliado da tecnologia e da instrumentalidade, e julga as ações e acontecimentos por meio da lógica e da utilidade – ou seja, trata-se no planejamento do trabalho de um finalismo lógico: como alcançar os resultados definidos pelos planos de gestão das empresas da forma mais econômica e sustentável? Como controlar a execução desses planos? Como sustentar a racionalidade instrumental e teleológica que caracteriza este trabalhar? Para nós psicanalistas, essas questões não podem ser respondidas sem um olhar que inclua o desejo inconsciente e a economia pulsional, os quais não são benthamianos, mas sim freudianos; não são apenas maximização da utilidade, mas também deliberação ética em face do desejar.

Para habitar seu corpo, cada animal humano realiza um grande trabalho psíquico que, sob o viés das teorias evolucionistas, sob o imperativo da sobrevivência, podemos considerar como um trabalho relacionado à adaptação ao meio, a qual permite ao indivíduo sobreviver e enfrentar as *dificuldades objetivas* que a vida lhe coloca. Esse animal humano que trabalha, porém, é um sujeito do desejo que não pode ser hegelianamente suprassumido¹⁸ ao sujeito utilitarista e racional das ciências econômicas, ao *homo aeconomicus*, tampouco pode ser reduzido a um efeito de hormônios e de neurotransmissores como pleiteiam alguns pesquisadores, como a antropóloga Helen Fischer, que afirmou ser possível “fotografar o cérebro apaixonado” (FISCHER, 2006 apud COSTA, 2007, p. 20), como se o amor romântico, um fenômeno bio-psíquico-social, situado

¹⁸ O conceito hegeliano de *Aufhebung* remete às sínteses lógicas que orientam o devir dialético, sempre racionalista e idealista na perspectiva hegeliana. Dois conceitos se chocam e ocorre um avanço racional que culmina em um terceiro termo. O sujeito, que tem um corpo e um pensamento/linguagem, não gera como síntese dessa oposição um sujeito trabalhador racionalista e utilitarista, como é sustentado pela perspectiva iluminista moderna, mas sim um trabalhador humano, sujeito de desejos e marcado pela divisão subjetiva. O devir racional e a vitória da razão utilitarista apontam cada vez mais para a exclusão da subjetividade, transformando a vida contemporânea numa grande caixa de Skinner, na qual somos efeito de recompensa (poder comprar) e punição (não poder comprar). O problema é que os animais-humanos são aparentemente bem mais imprevisíveis e agressivos do que os ratos, com todo respeito aos ratos, acerca dos quais sei praticamente nada.

historicamente, pudesse ser reduzido a um aspecto da neurobiologia, sob uma perspectiva paralelista¹⁹.

Assim, perguntamos, pode o sujeito dividido, tal como percebido e teorizado pela Psicanálise, suportar, na vida real, no seu corpo, no seu cotidiano, a soberania da lógica economicista, marcada pela constante análise racional de custo e benefício, de eficiência, sem adoecer? Os estudos que confrontam a lógica do Mercado, inserindo as dimensões histórica e social com o mesmo peso da dimensão econômica, e que, assim, nos permitem compreender esse Mercado como construção ideológica, e não como verdade natural inquestionável, trazem a reboque o viés político, que os arautos do Mercado tentam negar, como se existisse uma estrutura natural e fechada que organizasse, inteiramente e de antemão, o mundo social. Trabalhar é parte fundamental da sobrevivência humana na *Pólis* e tem um papel central na estruturação das comunidades. Nesse sentido, ao debater as relações entre o sujeito da psicanálise e o trabalho na contemporaneidade é inevitável posicionar-se politicamente. Não se deve falar de trabalho sem reconhecer que trabalhar é um ato político, e que a redução do significado do trabalho a uma racionalidade instrumental, definida por forças políticas que não se assumem como tal, exclui justamente a dimensão intersubjetiva e conflitual presente no campo político, como se apenas uma forma de eficiência, de meritocracia ou de *ethos* estivesse presente, a saber, aquela que atende ao interesse dos agentes financeiros mais fortes, seja pela riqueza seja pela força política. Como afirma Christophe Dejours (2012), psicanalista e principal investigador da Psicodinâmica do Trabalho: “Trabalhar não é apenas produzir, é também viver junto” (DEJOURS, 2012c, p. 25) – e, viver junto implica as dimensões epistemológica, ontológica e ética do trabalhar.

Freud, também tributário de uma ordem epistêmico-ideológica, como bem mostra Birman (1994), constrói sua obra sob um duplo viés. Por um lado, sob o paradigma fisicalista da Ciência Moderna, ele busca ajustar sua metapsicologia às exigências retóricas do discurso científico de seu tempo, e o principal fruto desta tentativa é o *Projeto de 1895*; por outro lado, seus achados clínicos e suas construções sobre o psiquismo humano, culminando no sujeito dividido, o levam a constituir uma outra modalidade de produção de discurso e de saber, para a qual inclinou-se cada vez mais ao longo de sua obra:

¹⁹ Costa (2007) desconstrói a tese paralelista que considera pensamentos e sentimentos epifenômenos que ocorrem paralelamente e causados diretamente e exclusivamente por variações físico-químicas na rede neuronal. O trabalho de Fernando Vidal (2011), por sua vez, mostra como a tentativa de situar o psíquico no cérebro é bem anterior aos avanços da neurociência no último quartel do século XX, possuindo, portanto, esse discurso científico uma história social.

Podemos considerar que o discurso freudiano é um conjunto heterogêneo de enunciados que podem ser reagrupados em diferentes subconjuntos de acordo com sua retórica. Assim, quanto mais próximos da metapsicologia mais estes enunciados são marcados pela retórica fiscalista, e quanto mais nos distanciamos da metapsicologia, mais esta retórica se faz ausente e opaca. Dessa maneira, existem os enunciados freudianos explícitos sobre a cientificidade fiscalista da psicanálise e os enunciados freudianos formulados em linguagem não-fiscalista. Estes últimos revelam a constituição de outra retórica e outra modalidade de saber (BIRMAN, 1994, p. 32).

O pai da Psicanálise, portanto, em alguns momentos, escrevia como um pesquisador revolucionário que se defrontava com o enigma presente na fala de seus pacientes e que, a partir de uma escuta diferenciada em sua clínica, uma escuta que viria a ser chamada de flutuante para acompanhar uma fala marcada pelo pedido de livre associação, criava uma nova forma de saber e de laço social: a Psicanálise. Em outros momentos, como é muito claro no *Projeto de 1895*²⁰, Freud buscava situar suas descobertas no campo da ciência moderna, cartesiana e positivista, especialmente marcada pelo Fiscalismo, pelo Determinismo e pela Matematização²¹, e situando, no caso da obra supracitada, no neurônio a causa material do psiquismo e que seria, portanto, a base física de sua ciência psicológica associada a todo um modelo energético. O fato de as possibilidades epistemológicas do discurso científico iluminista serem insuficientes para um pensador iluminista, como era Freud, revela uma circunstância importante de todo trabalho que, buscando inserir-se na ordem (Freud ambicionava o estatuto de Ciência para a Psicanálise), vai além dela, incorporando uma diferença e marcando um corte epistemológico. Não há como inserir diferenças no campo do conhecimento, isto é, epistemológico, sem atravessar uma questão política e ideológica, pois o discurso racional e mesmo o científico jamais é neutro do ponto de vista político.

²⁰ O que não impede que esse texto carregue, nas intuições geniais de Freud, as sementes de muitos desenvolvimentos posteriores da Psicanálise. No artigo “A poética dos neurônios em Freud” (PEYON; RUDGE, 2007) mostramos que esse texto é um dos gestos originários da Psicanálise e prova da própria contradição visceral existente em Freud entre o modelo fiscalista de Ciência, que ele buscava seguir, e a verdade do sujeito do inconsciente que sua clínica lhe permitiu descobrir.

²¹ Apesar da matematização não chegar a ocorrer na obra de Freud, ele trabalha com a ideia de quantidade de energia o tempo inteiro no *Projeto*, o que insinua uma tendência a quantificar. Para quantificar com regularidade é preciso matematizar. O fato de Freud não ter introduzido uma escala de aferição das variações do *quantum* de energia psíquica pode ser índice de que ele adentrava um campo onde matematizar poderia levar ao empobrecimento da compreensão; ou mesmo que tal matematização seria sempre enviesada.

Sobressai que o discurso científico moderno não servia para compreender os fenômenos que Freud foi descobrindo na sua *práxis*²². Do mesmo modo que seus pacientes sofriam de um mal-estar, de um desacordo, de sintomas incompreensíveis para a medicina positivista, o discurso freudiano, que tentou construir um conhecimento do psiquismo sobre as bases e o vocabulário científico de seu tempo, não conseguia dar palavra ao que sua escuta lhe trazia na clínica com o vocabulário fisicalista – e, por isso, são tantas as citações de poetas ao longo da obra de Freud. Os poetas conseguiam dar palavra, dar moldura e sentido, àquilo que não cabia no discurso científico positivista; os poetas e os artistas, como também afirmou Lacan (2003[1965]), ao homenagear a escritora Marguerite Duras, desbravam caminhos para o psicanalista²³.

²² De acordo com Agamben (1994), os gregos faziam uma clara distinção entre *poiesis* e *práxis*; a primeira se relacionava com a experiência de desvelamento do ser por meio da produção de uma presença. Assim, para os gregos a *poiesis* relacionava-se com a produção da verdade, e a *práxis* com o fazer cotidiano da vida, apontando para o agir no mundo na direção da manutenção da vida. Os gregos possuíam ainda uma noção de trabalho que era da ordem da submissão às necessidades e ciclos biológicos: este trabalho de sobrevivência, porém, era relegado aos escravos. Essas distinções, contudo, foram, aos poucos, nubladas na cultura ocidental, prevalecendo e assumindo protagonismo o trabalho como fonte da riqueza (A. Smith) e como característica singular do ser humano (K. Marx). O trabalho, como origem da riqueza e como característica própria do ser humano associa-se ao agir no mundo, sendo assim, portanto, associado à noção de *práxis*. Agamben afirma, então, sobre esta predominância do trabalho como maior valor : “at this point, all human ‘doing’ is interpreted as praxis, as concrete productive activity (in opposition to theory, understood as a synonym of thought and abstract meditation), and praxis is conceived in turn as starting from work, that is, from the production of material life that corresponds to life’s biological cycle. This productive doing now everywhere determines the status of man on earth – man understood as the living being (animal) that works, and, in work, produces himself and ensures his domination over the earth” (AGAMBEN, s/d [1994], p. 43). Deste modo, o que se entendia como produção na aurora do mundo ocidental era algo muito distinto do que se entende atualmente como *práxis*. Produzir era, na Grécia Clássica, abrir clareiras e vislumbrar a verdade, era inaugurar o mundo; hoje, produzir é gerar valor financeiro, ampliar a eficiência de processos e atividades industriais e de serviços; podendo apontar ainda para uma ampliação da capacidade dos corpos para resistir ao cansaço e trabalharem mais. No caso específico de Freud, sua obra é poética porque inaugura um novo mundo, pois desvela um aspecto do ser humano até então velado; mas, ela é também produção baseada no desejo de Freud e na atividade prática de seu trabalho clínico, sendo assim também uma *práxis*, que inclusive sustentava a ele e a sua família, arcando com as necessidades básicas do viver. A poesia certamente existe na contemporaneidade, mas é vista como algo fora do mundo da produção, pois não gera riqueza concreta, salvo exceções muito específicas incorporadas pelo mercado da arte. A maior parte dos poetas não sobrevive (comer, vestir-se, abrigar-se) com o fruto de seu trabalho poético, no sentido restrito de produção de verdades sobre a vida.

²³ Vide citações de Freud e de Lacan na nota de rodapé 16.

Há, portanto, uma tensão entre o Freud que a partir de sua clínica abre um novo campo do saber, empreende um “corte epistemológico”, se seguimos a proposta epistemológica de G. Bachelard (2000), e o Freud mais cientificista que buscava inserir a Psicanálise como Ciência sob o cânone Positivista. A Abertura epistemológica é sempre poética, pois exige um enfrentamento pelo sujeito de algo do Real, exige do sujeito um recurso ao mais originário de si, mas é também política porque apresenta à realidade social outra forma de posicionar-se para ver. Por outro lado, no outro polo da tensão, há o Freud formado na tradição fisicalista e positivista da Ciência Moderna, discípulo de Brücke, e que, tendo sido pesquisador positivista no campo então embrionário das neurociências, além de guiado pelo desejo de conquistar um lugar sob o sol da Ciência para a psicanálise, buscava obedecer à retórica discursiva daquele paradigma, ou seja, posicionar-se no âmbito do discurso prevalente e dar à psicanálise um lugar de enunciadora de verdades científicas. Essa relação paradoxal do sujeito da ciência com o sujeito deslocado e dividido da Psicanálise, sendo eles imbricados, é um dos temas mais apaixonantes na busca de compreensão do que seja o objeto da Psicanálise e no próprio estudo da obra freudiana.

Os poetas frequentam o discurso da Psicanálise porque na causa que os inspira está uma relação com a própria divisão subjetiva e com os enigmas da existência. A poesia, sendo assim, nos depara com “as raspas e restos”, com os limites do campo simbólico, de uma forma distinta da Ciência, pois não almeja superar os limites ou conquistar o desconhecido por meio de conhecimento, como a Ciência parece querer²⁴. A poesia se confronta com a hiância que nos habita, com a divisão subjetiva que entrar na linguagem ocasionou, dizendo algo sobre esse real de uma forma única e nova a cada poeta. O cientista, porém, naquilo que o move, precisa habitar essa hiância, precisa reconhecer a castração, precisa operar a partir do mesmo lugar que o poeta; mesmo que seus termos obviamente sejam outros, ele precisa habitar o campo do desconhecimento e da angústia associados à vontade de saber, ao desejo de saber. De outro modo, o cientista será um reproduzidor de modelos e pesquisas já realizados, um mero auditor de procedimentos, um autor de artigos de revisão, um burocrata da pesquisa científica.

Freud, na sua clínica, na sua *práxis*, funda uma *est-ética*, cujo objeto não pode sofrer uma redução epistemológica que o transforme em objeto científico no sentido do paradigma predominante na Ciência Moderna ou seria plenamente

²⁴ O que inclusive levou Freud (1910), no escrito sobre Leonardo da Vinci, a postular dois caminhos distintos para a sublimação, um que levaria à produção científica e outro que levaria à produção artística.

incorporado pelo discurso científico em bases positivistas. O fracasso das grandes tentativas empreendidas por Freud e por Lacan para recortar o objeto da Psicanálise de forma científica, o primeiro no *Projeto* de 1895 tendo como causa material o neurônio, e o segundo, por meio da Linguística Estruturalista de F. Saussure e R. Jakobson, propondo como causa material da *Ciência* Psicanálise o significante, são a prova de que o campo inaugurado pela Psicanálise, apesar de ser eminentemente um campo aberto pelo sujeito da ciência, pelo sujeito imerso no discurso da Modernidade não se esgota neste discurso²⁵, pois entre o “eu penso” e o “eu existo” está um espaço marcado pela pulsão naquilo que ela possa ter de mais erótico e de mais demoníaco e mortífero. E, entre os afetos que comprovam esse desencontro entre corpo e pensamento está a angústia que marca a presença para o sujeito de algo que ele sente no corpo, mas que seu psiquismo não consegue assimilar e representar, apesar de reconhecer isso, muitas vezes, apenas no limite do desespero, quando, em alguns casos, encontra um psicanalista e pode falar disso, para talvez, a partir dessa fala endereçada a um analista, poder produzir algo singular e novo a partir do estrangeiro visceral que o habita.

Zizek (1999) é categórico em afirmar que o sujeito da psicanálise é o sujeito cartesiano²⁶: o sujeito centrado e racional, que acredita na sua potência e capacidade para investigar e dominar a natureza a partir da dúvida metódica e para controlar os sentimentos e os afetos por meio do uso da Razão. É também o sujeito que, por outro lado, se abala ao perceber a falência de suas certezas, as limitações de seu método racional e positivo ou as contradições em suas ações no mundo. É justamente porque este sujeito interroga e duvida, que ele pode questionar suas próprias certezas e avaliar a incoerência de suas ações em face de suas vontades. Certamente, o método racional propicia inúmeros ganhos para o animal-humano em face das suas necessidades e desafios. Por outro lado, existe uma gama de fenômenos que escapa à análise cartesiana, e isso marca o descentramento desse sujeito, que falha e vacila, que treme ou gagueja, que se irrita e que perde o controle e que sofre interferências inesperadas (de que parte de si mesmo?) no seu pensamento e na sua ação. Lacan (1998 [1957], p.521),

²⁵ O que não significa que a psicanálise não se inscreva como um discurso racional, muito pelo contrário, ela constitui uma outra racionalidade.

²⁶ “Of course, this cogito is the cogito ‘in becoming’, not yet the res cogitans, the thinking substance which fully participates in Being and in logos. In the seminar of the logic of phantasy, Lacan reads the truth of Descartes’ cogito ergo sum more radically than in his earlier seminars [...] he passed on to a much more refined ‘I think where I am not’, which decenters thinking with regard to my Being, the awareness of my full presence: the Unconscious is a purely virtual (in-existing, insisting) Other Place of a thought which escapes my being” (ZIZEK, 1999, p. XXI).

em jogo de palavras, inverte a máxima cartesiana: “penso onde não sou, logo sou onde não penso”. A explicação dessa inversão é que no inconsciente ocorre uma outra cena que tem papel importantíssimo no desencadeamento dos atos humanos. Nem sempre o *cogito* está no controle. Assim, um outro, clandestino visceral que habita o corpo-mente de cada pessoa, revela-se como a sede das principais ações do sujeito e de suas causas. Esse outro, esse estranho que muitas vezes é percebido como invasor, como incompreensível, na verdade, é a porção inconsciente do eu [Ich], a qual e-existe, espécie de fora que está dentro²⁷, e que se manifesta no constante desacordo entre a fala e o corpo, entre a realidade psíquica e o real, entre o pensamento e a ação, entre o enunciado e a enunciação, entre o pesquisador e seu objeto, e também entre o trabalhador, que enfrenta o real do trabalho no seu cotidiano, e suas atividades que escapam ao descrito nos manuais de procedimentos, exigindo de seu corpo o desenvolvimento de novas possibilidades expressivas, as quais conovocam um trabalho psíquico.

O que é fundamental caracterizar é que esse desencontro entre a consciência e a existência, entre o trabalhador e o seu trabalho, é fonte das produções humanas: diante de uma situação inesperada, mas que precisa ser resolvida, o trabalhador inventa soluções e desenvolve técnicas fora do padrão. Desenvolve também novas capacidades de perceber e de agir do seu corpo. O psicanalista Christophe Dejours, criador do campo nomeado por ele de “psicodinâmica do trabalho”, vai invocar acerca dessa inteligência do trabalhar, a noção de Métis, como astúcia para conseguir solucionar o problema, referindo-se ao trabalho seminal de Détienne & Vernant (1974) sobre a deusa grega Métis e as astúcias da inteligência prática na resolução de problemas cotidianos – nossa inventividade. Mas, precisamos ir além e entender como essa inventividade acontece?!

Cada animal humano pode, na sua existência, elevar à condição de enigma as suas escolhas, sempre forçadas, sobredeterminadas, mas inescapáveis no sentido de seu pertencimento ao sujeito que as fez e que deve se responsabilizar por elas ou mergulhar numa alienação de si. Essa enigmatização poderia alcançar a escolha profissional, a dimensão do trabalhar, a relação com o trabalho, a qual nos consome muitas horas preciosas de nossa vida? Em um mundo submetido pelo Mercado e consagrado à fetichização das mercadorias, marcado pelo que Guy Débord chama de “necessidade do desenvolvimento econômico infinito”

²⁷ E Lacan vai buscar diferentes formas de representar isso, como no trabalho de Escher (1963), a Banda de Moebius, onde dentro e fora são contínuos, não havendo oposição ou separação, onde de fato o fora está dentro. Certamente, a lógica clássica não suporta, não acomoda essa perspectiva, pois está alicerçada em princípios como o da identidade e o da não contradição.

(DÉBORD, 1997, p. 35), ou seja, por um excesso de consumo, pela fabricação de “pseudonecessidades” e pela predominância do trabalho abstrato²⁸, que se caracteriza pela destituição do trabalhador da sua relação com o produto de seu trabalho, conforme a distinção marxiana (MARX, 2014 [1873]) entre o “trabalho abstrato”, isto é, o trabalho vazio de sentido e de utilidade, mera troca da força de trabalho por um salário, e o “trabalho concreto” no qual o sujeito vê a utilidade do artefato que produz e sabe estar produzindo um utensílio socialmente útil; neste mundo, sob o comando da lógica financeira e do consumo, no qual o trabalho é cada vez mais abstrato e os trabalhadores submetidos a métodos de gestão que excluem a subjetividade da cena, é possível realizar-se pessoalmente com o trabalho? Acrescente-se a isso que o vínculo profissional é cada vez mais precário, estimulando o individualismo e a desconfiança entre os colegas, e dificultando o laço social, o viver junto, no ambiente de trabalho.

Diante dessa sociedade do espetáculo, do consumo e do excesso de desempenho, como o sujeito que trabalha habita seu corpo pulsional ao trabalhar? Como sobrevive aos modelos de organização do trabalho cada vez mais científicos, racionalizados, fragmentados e, portanto, excludentes da subjetividade e do conflito? Como se relaciona com atividades cada vez mais mediadas pela tecnologia, em relação às quais muitas vezes não vê um sentido ou uma conexão com o produto final ou com a missão da empresa em que trabalha? Estaria certo Freud ao falar de uma aversão natural do ser humano ao trabalho? Teria essa aversão relação com o elemento pulsional? Ou, essa aversão pode variar conforme a relação com os objetos técnicos e as percepções existentes na realização das tarefas e acerca de seu valor social? Se o trabalho é central em relação à saúde psíquica dos indivíduos, pode um trabalho fragmentado, altamente controlado (mesmo que de formas mais sutis) e esvaziado de sentido ser benéfico ao trabalhador?

²⁸ O trabalho abstrato opõe-se, na teoria marxiana, ao trabalho concreto. No trabalho concreto o sujeito reconhece a utilidade de seu trabalho; no trabalho abstrato a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho e, logo, com a utilidade, está descaracterizada pela organização do trabalho que fragmenta a produção, que lhe tira a visão do todo, que o torna um elo numa cadeia produtiva enorme, trazendo para o trabalho uma ausência de sentido, a não ser pelo aspecto da necessidade financeira, da sobrevivência e do consumo. O trabalho abstrato é contado em horas trabalhadas e o preço dessas horas, não havendo relação com a utilidade produzida, alienando o trabalhador de qualquer relação com a produção e seu valor de uso. Segundo Eduardo Chagas (2011): “O trabalho útil-concreto é qualitativo e cria os valores de uso necessários ao *ser* humano, para satisfazer socialmente as suas necessidades físicas e espirituais, o trabalho abstrato é, pura e simplesmente, quantitativo, a substância e a grandeza do valor, e produz mais-valia (valor excedente) para o capital”.

Como lidar com o fato de que trabalhar muitas vezes é penoso em um mundo no qual se enfatiza e se prescreve o gozar em todos os campos e, pasmem, inclusive no mundo do trabalho?

Este trabalho busca, nesse contexto, refletir e se possível compreender algumas características do trabalhar na contemporaneidade, considerando-se os predomínios da tecnologia e do fetichismo da mercadoria, a substituição em grande escala do trabalho concreto pelo trabalho abstrato e o predomínio da lógica financeira sobre a lógica produtiva, para em seguida, confrontar os modelos e as técnicas predominantes de organização e gestão do trabalho, os quais supõem um sujeito racional do desempenho e da utilidade, bem como tarefas e metas de produção totalmente mensuráveis por meio de escalas matemáticas, com o saber psicanalítico, que reconhece o sujeito como dividido e marcado pelo desejo inconsciente e pelo laço social, os quais implicam, por sua vez, o próprio inconsciente, a polissemia e o conflito social e ético. O esvaziamento atual da subjetividade, esmagada pela racionalidade técnica e instrumental, aponta diariamente para uma negação do sujeito dividido, tal como postulado pela Psicanálise. Nesse sentido, esse pensar é também um foco de resistência contra o predomínio irrestrito do Mercado e da Lógica Financeira sobre os demais saberes sociais, antropológicos e principalmente psicológicos.

1.2 EPISTEMOLOGIAS (?) E PSICANÁLISE

Considero importante, na medida em que os dois principais *mestres* da Psicanálise se preocuparam com o estatuto epistemológico da psicanálise, discutir um pouco mais o lugar epistemológico deste trabalho, que, orientado pela Psicanálise, é marcado pela multidisciplinaridade. Epistemologia, segundo o Dicionário Houaiss, é uma “reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo; teoria do conhecimento”. A epistemologia cuida, em termos simples e gerais, dos critérios que definem o estatuto de “científico” para um determinado conhecimento acerca de um objeto – o que pode nada ter a ver com a verdade do objeto. A epistemologia é também, como nos ensina Boaventura Sousa Santos (2010), instrumento de poder e de dominação social, cultural e econômica.

Os critérios dominantes dessa verdade científica na virada do século XIX para o século XX, marcados pelo Fisicalismo e pelo Positivismo Lógico, sofreram, contudo, grandes questionamentos ao longo do século XX, especialmente em função do desenvolvimento das chamadas Ciências Humanas e Sociais – em

última instância, todas as ciências são humanas, pois mesmo o mais natural dos objetos torna-se humano ao ser abordado pelo animal humano falante – e também em função dos próprios limites que as Ciências ditas da Natureza encontraram em alguns campos.

É justamente pelo movimento, ao longo de sua obra, do Freud médico e pesquisador positivista para o Freud clínico psicanalista e pensador da Cultura que podemos situar um paradoxo presente no pensamento freudiano, o qual abre novas perspectivas epistemológicas. Segundo Assoun (2012 [2008]), o interesse de Freud pela Cultura era anterior ao seu envolvimento com a clínica das psiconeuroses, e quando, alguns anos após ter erguido os pilares da psicanálise, ele inaugura, com *Totem e Tabu* (1913), uma reflexão sobre a Cultura, trata-se da retomada de uma paixão da juventude, ou ainda, de um novo casamento: “Tenho às vezes o sentimento de que quis manter apenas uma pequena ligação e descobri, em minha idade, que devo desposar uma nova mulher” (Freud em carta a Ferenczi de 30 de novembro de 1911, citado por Assoun, 2008, p. 57). O envolvimento do psicanalista com o tema da Cultura e com as ciências relacionadas a ela, causa, portanto, um grande movimento de construção em Freud, um movimento que ele compara a um novo matrimônio, que foi a retomada de seu interesse pela *Kultur*. O mergulho freudiano na estrutura social, na origem da Cultura e no legado que se transmite de geração para geração, foi uma retomada madura de uma paixão da juventude; mais do que desposar uma nova mulher, Freud reencontrava sua paixão da mocidade ao refletir sobre a Cultura a partir de suas descobertas no campo psicanalítico. Se para construir conhecimento é preciso paixão pelo objeto, como podemos falar de neutralidade? Não se trata apenas das possibilidades ou não de se realizar experimentos *puros*, mas da subjetividade implicada na construção de conhecimento, na medida em que não há racionalidade desinteressada, não há produção isenta de atravessamento pelo desejo do sujeito e pela Cultura.

Em *O Interesse Científico da Psicanálise* (1974 [1913b]), o pai da Psicanálise busca justamente definir o que é a Psicanálise e afirma que ela é “um procedimento médico que visa à cura de certas formas de doenças nervosas (as neuroses) através de uma técnica psicológica” (FREUD, 1913, p. 199), para depois indicar alguns vínculos possíveis com outras disciplinas: a Filologia, a Filosofia, a Biologia, a História, a Estética, a Sociologia e a Pedagogia. Trata-se, portanto, de um esforço de dialogar com outros campos e especialmente com as Ciências Humanas e Sociais, evidenciando a possibilidade de usar as descobertas da Psicanálise para refletir a Cultura; todavia, como se preocupava Freud, sem

fazer da Psicanálise uma *Weltanschauung*, sem engessá-la, mantendo-a viva e em construção, obra viva!

É preciso, para compreender a inserção da Psicanálise no seio das teorias da Cultura e das Ciências Sociais, investigar o momento epistemológico no qual se desenvolve a construção freudiana, o qual surge no momento de apogeu e de crise do Projeto da Modernidade. Após a elevação do *cogito*, por Descartes, ao lugar central do conhecimento e da matematização da natureza pelos físicos e astrônomos (iniciada por Galileu), o movimento Iluminista celebrou a vitória das luzes, da razão determinista e da matemática como instrumento da verdade. Freud é um homem marcado pelo espírito de seu tempo, com o pensamento forjado no seio da *Aufklärung* e de uma Medicina positivista. Por isso, a aplicação dos conhecimentos da Psicanálise às Ciências Sociais e à Cultura coloca de saída uma mudança radical de objeto. Desse modo, é importante refletir sobre as possibilidades de circunscrição de um objeto de pesquisa, o trabalho, sob uma visada psicanalítica, segundo outras posições epistemológicas, as quais não rompem com a racionalidade, mas colocam em xeque o modelo de ciência dominante.

O historiador da Ciência Alexandre Koyré (1990 [1966]; 1999 [1957]) estudou profundamente as circunstâncias da Revolução Científica do século XVII. Essa revolução representa, segundo ele, a maior ou uma das maiores inflexões do pensamento na história da humanidade. Essa reformulação do pensamento que busca compreender a própria existência, o universo e as demais coisas nele situadas caracterizou-se pela dissolução do Cosmos como concebido desde a Grécia Clássica e, especialmente formulado por Aristóteles, e por uma geometrização do espaço a ser estudado pela Física, o que possibilitou a sua matematização. Há também uma valorização da ação em face da contemplação, e a verdade se distancia do pensamento e se aproxima do campo das aplicações – inicia-se aí um processo de valorização do conhecimento aplicável, não importando tanto o campo das ideias. Isso é nítido no ambiente corporativo onde toda reflexão só é reconhecida por meio de sua utilidade prática, de sua eficácia. Um “trabalhador-filósofo”, com grande capacidade contemplativa, não tem grande utilidade no mundo da ação e da produção.

Ao debruçar-se sobre a figura de Galileu Galilei, Koyré (1990 [1966]) observa que este grande homem fora profundamente influenciado pelo platonismo e que seu pensamento introduz o espaço geométrico nos estudos da Natureza seguindo a via aberta no passado por Arquimedes, que aplicou a geometrização do espaço ao estudo da Estática. Galileu vai fazê-lo em relação à dinâmica dos corpos. Nesse importante período de transição, no qual homens

como Galileu e Descartes abriram o campo para que Newton pudesse formular as Leis da Física, Koyré vai mostrar que não apenas houve uma passagem de uma atitude contemplativa frente à natureza para uma ativa, mas que principalmente essa atitude ativa vai ser diferente e revolucionária, pois alarga o campo das abstrações teóricas que visam dar conta do real. Existe a possibilidade, através da geometrização do espaço, da construção de uma teoria prévia, que, em um segundo momento, será testada e medida empiricamente com o auxílio da matemática. Desta forma, o cientista não aborda o objeto de forma pura e direta, por meio de uma suspensão do juízo, como viria a postular um pouco ingenuamente uma certa Fenomenologia, mas sim a partir de uma teoria e de uma hipótese, mesmo quando estes *a priori* não são tão conscientes para o pesquisador. O objeto científico é construído, e não encontrado na natureza. A geometrização do espaço, iniciada por Galileu, abriu, portanto, campo para a matematização da natureza possibilitando um novo tipo de teorização, compreensão, experimentação e produção tecnológica cujos efeitos continuam na contemporaneidade.

Esta interrogação metódica da natureza inaugura, portanto, o método científico moderno, e a geometrização do espaço possibilita um estudo experimental ordenado a partir de uma teoria. O empirismo científico funda-se com base numa experimentação que é feita sob condições especiais e que aplica conceitos desenvolvidos no espaço matemático, isto é, platônico, ideal. Não se trata mais de simples observação, mas de buscar uma abstração do espaço físico, alcançada com sua geometrização, com o estudo distante das formas concretas e sua elaboração no mundo matemático das formas perfeitas. Num segundo momento, essa teoria é testada empiricamente e a quantificação exata passa a ser o critério de validade. Esse modelo, uma vez bem-sucedido em suas aplicações, foi expandido para os demais campos de conhecimento e pesquisa, de modo que a quantificação e a estatística tornaram-se centrais em qualquer pesquisa que almejasse o adjetivo de científica.

Como bem observou Birman (1994), apesar da formação positivista e da busca por circunscrever a Psicanálise ao campo das Ciências da Natureza, Freud utilizou-se de dois discursos, um deles, mais presente nos esforços de teorização da metapsicologia, marcado pelos preceitos do Fisicalismo e pela busca de leis gerais de funcionamento do psiquismo, e outro, mais criativo e inovador, o qual buscava dar conta de um objeto que, mesmo que emergindo no seio da Modernidade, escapava ao discurso das Ciências da Natureza. Uma obra como *Totem e Tabu*, ao criar um mito moderno de fundação da Cultura, recorre a um elemento

entre a poesia e a ciência para forjar um novo objeto. Nesse sentido, Freud é um dos pioneiros de uma nova epistemologia que não se furta à racionalidade, mas que insere no seio do *cogito* uma divisão ancorada na relação entre corpo animal e linguagem simbólica.

O século XX assistiu a uma série de questionamentos sobre o paradigma científico da modernidade. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos tem um dos trabalhos mais relevantes na indagação sobre os limites do modelo científico oriundo da Revolução Científica do século XVII e sua aplicação às questões humanas. Ele publicou, em 1987, um pequeno livro intitulado *Um Discurso sobre as Ciências*. Esse livro, além de apontar e criticar as características da Ciência Moderna, propõe um outro modelo para as Ciências. Em 2003, em resposta às críticas postas a *Um Discurso sobre as Ciências*, ele organizou a obra *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente* em conjunto com mais 36 pesquisadores, de diferentes áreas e comunidades científicas, 8 da Filosofia, 9 da Sociologia, 1 da História, 7 da Física, 4 da Biologia, 3 da Antropologia, 1 dos Estudos Culturais, 1 da Economia, 1 da Ciência Política, 1 da Psicanálise – o brasileiro Carlos Plastino – e 2 da Matemática. Seu objetivo foi aglutinar, nesse livro, o debate epistemológico e a crítica ao positivismo em diferentes campos de pesquisa. No Prefácio da edição brasileira de *Um Discurso sobre as Ciências*, Boaventura faz um breve resumo de sua proposta neste livro:

[...] defendo uma posição epistemológica antipositivista e procurei fundamentá-la à luz dos debates que então se travavam na física e na matemática. Ponho em causa a teoria representacional da verdade e a primazia das explicações causais e defendo que todo o conhecimento científico é socialmente construído, que o seu rigor tem limites inultrapassáveis e que a sua objetividade não implica a sua neutralidade. Descrevo a crise do paradigma dominante e identifico os traços principais do que designo como paradigma emergente, em que atribuo às ciências sociais antipositivistas uma nova centralidade, e defendo que a ciência, em geral, depois de ter rompido com o senso comum, deve transformar-se num novo e mais esclarecido senso comum (SANTOS, 2006, p. 8-9).

Santos (2006 [1987]) inicia seu livro situando a crise do Paradigma da Ciência Moderna e coloca que “perdemos a confiança epistemológica” (2006 [1987], p. 17). Afirma haver uma sensação de perda no ar, mas que não sabemos ao certo o que se está perdendo²⁹. Retomando as questões feitas por Rousseau em meados do século XVIII sobre a relação da ciência com a virtude, ele afirma que “Estamos no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica”

²⁹ Esta sensação de perda que aflige a muitos não impede que o rolo compressor da produção científica positivista siga seu serviço.

(SANTOS, 2006 [1987], p. 19). O passo seguinte do pensador português foi caracterizar o paradigma dominante para, em seguida, apontar os sintomas de sua crise. Lembra-nos que “o modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais” (SANTOS, 2006 [1987], p. 21). Santos afirma que a partir daí se instalou um paradigma global e totalitário que se defende, demarcando e policiando suas fronteiras, de duas formas de conhecimento perturbadoras à sua ordem: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos.

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas (SANTOS, 2006 [1987], p. 21).

Fica claro porque Freud, mesmo encontrando apoio para suas descobertas na sabedoria poética busca arduamente alicerçar a Psicanálise nos moldes das ciências da natureza. O que não se enquadra nesse modelo de cientificidade é vigorosamente rechaçado da ordem do conhecimento válido, científico, verdadeiro. Vivemos numa ordem discursiva onde o que não é científico (segundo um determinado modelo de produção científica) é falso, estando não apenas no âmbito do senso comum, mas também do embuste, da magia e do charlatanismo³⁰.

Santos (2006 [1987]) aponta que a racionalidade científica do paradigma moderno vem consubstanciada com a teoria heliocêntrica de Copérnico, as leis das órbitas dos planetas de Kepler, as leis sobre a queda dos corpos de Galileu, com a grande síntese cósmica de Newton e amparada filosoficamente em Bacon e principalmente em Descartes. O sociólogo aponta a confiança desses homens no seu conhecimento e a “serena arrogância com que se mediam com seus contemporâneos” (SANTOS, 2006 [1987], p. 22):

Esta nova visão do mundo e da vida reconduz-se a duas distinções fundamentais, entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, por um lado, e entre natureza e pessoa humana, por outro. Ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências de nossa experiência imediata. Tais evidências, que estão na base do conhecimento vulgar, são ilusórias (SANTOS, 2006 [1987], p. 24).

³⁰ As tentativas de encontrar as bases neurofisiológicas do inconsciente freudiano decorrem da tentativa de aproximar a Psicanálise do paradigma positivista de Ciência. Esta pesquisa, porém, seguirá uma outra via, pois trata-se de compreender a verdade elaborada pela Psicanálise sob uma outra visada científica.

Sendo a natureza passiva, cabe, portanto, ao *homem* desvendar seus mistérios e dominá-la, controlá-la. Para isso, contudo, antes são formuladas teorias. “Descartes, por seu turno, vai inequivocamente das ideias para as coisas e não das coisas para as ideias e estabelece a prioridade da metafísica enquanto fundamento último da ciência” (Ibid., p. 26). Assim, o filósofo francês retoma Platão, da mesma forma que Galileu o fizera, associando conhecimento à formulação de uma teoria ideal e matematizável, a qual depois é testada por meio de experimentos que conduzirão ao controle dos objetos. Santos lembra que Einstein apontou a imperfeição dos experimentos conduzidos por Galileu e disse “que só por via das especulações ousadas [Galileu] poderia preencher as lacunas entre os dados empíricos” – lembro aqui o trabalho de Koyré (1990 [1966]) que aponta o platonismo de Galileu. As ideias terão sua veracidade comprovada pela matemática associada à experimentação e quantificação estatística; nos diz Santos:

A matemática fornece à ciência moderna, não só o instrumento privilegiado de análise, como também a lógica da investigação, como ainda o modelo de representação própria da estrutura da matéria. Para Galileu, o livro da natureza está inscrito em caracteres geométricos e Einstein não pensa de modo diferente (SANTOS, 1987/2006, p. 27).

Assim, “o rigor científico afere-se pelo rigor das medições” (SANTOS, 1987/2006, p. 27). Apenas o que é quantificável, isto é, matematizável, passa a ter valor científico. O método científico moderno implica numa recusa das qualidades do objeto e reduz a complexidade dos fenômenos ao privilegiar a quantificação. “As leis da natureza são o reino da simplicidade e da regularidade onde é possível observar e medir com rigor” (SANTOS, 1987/2006, p. 28). Santos mostra como as leis científicas tomam a posição e o tempo como absolutos, isto é, a lei serve em qualquer lugar – Freud vai romper com tudo isso, pois a noção de *Nächtraglichkeit* - sendo o Inconsciente atemporal – faz com que os sentidos/significações possam ir chegando depois, em repetições ressignificadas, e o contexto é fundamental para a chegada do sentido; assim, não há como formular uma lei sem que ela minimamente leve em conta que tempo e espaço não são absolutos. De outro modo, uma lei decorre do tempo (época) e do espaço (lugar) em que é formulada.

Outra questão apontada por Santos (1987/2006) é que, enquanto no senso comum, isto é, no conhecimento prático, a causa e a intenção convivem sem problemas, no conhecimento científico “a determinação da causa formal obtém-se com a expulsão da intenção” (p. 30). Ou seja, o cientista deixa de ser uma pessoa, com desejos, uma história e vida, uma visão política etc. Todos esses elementos, que T. Kuhn (2005 [1962]) vai mostrar como sendo determinantes nas mudanças

de paradigma, são *excluídos* pelo método da Ciência moderna, como se a pessoa do cientista pudesse ficar de fora e se alcançasse uma neutralidade absoluta numa posição metodológica e tempo absolutos. Ou seja, tal situação é tão ou mais improvável do que o mundo das ideias de Platão – garantido no final das contas e das metafísicas por Deus – e, dessa forma, a ciência moderna funda-se sobre o pressuposto de um mundo estável, perfeitamente ordenado e lógico, como um relógio, a grande metáfora que até hoje conduz ao mecanicismo: “O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar” (SANTOS, 1987/2006, p. 31). Assim, para debater a problemática do campo das Ciências Sociais, Santos mostra que estas nasceram subordinadas ao paradigma da ciência moderna:

A consciência filosófica da ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas primeiras formulações, veio a condensar-se no positivismo oitocentista. Dado que, segundo este, só há duas formas de conhecimento científico – as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas segundo o modelo mecanicista das ciências naturais – as ciências sociais nasceram para ser empíricas (SANTOS, 1987/2006, p. 33).

Santos aponta que se seguiram duas vertentes nas Ciências Sociais. Uma que se submeteu ao jugo positivista e uma segunda que vem tentando construir um outro paradigma para os temas humanos. Dentro da variante que tenta positivar as questões sociais e humanas, busca-se pesquisar tais questões como se estuda nas ciências da natureza, de modo que:

Para estudar os fenômenos sociais como se fossem fenômenos naturais, ou seja, para conceber os fatos sociais como coisas, como pretendia Durkheim, o fundador da sociologia acadêmica, é necessário reduzir os fatos sociais às suas dimensões externas, observáveis e mensuráveis (SANTOS, 1987/2006, p. 35).

Já a outra vertente reivindica para as Ciências Sociais o direito a um estatuto metodológico próprio. A complexidade dos acontecimentos humanos não pode ser estudada como se se tratasse de coisas, não se pode abolir a subjetividade e, por exemplo, estudar os sonhos com base apenas nos estímulos externos que se podem aplicar a um animal-humano enquanto ele dorme. A subjetividade está presente e não pode ser negada. O contexto social do pesquisador é dinâmico e complexo. É preciso, portanto, estabelecer métodos que não excluam a qualidade e a complexidade do acontecimento humano em nome de uma suposta objetividade. De qualquer forma, Santos mostra que a Ciência Social que adota uma postura antipositivista

ainda se mostra subsidiária “do modelo de racionalidade das ciências da natureza” (SANTOS, 2006 [1987], p. 39) porque compartilha com esse modelo uma distinção radical entre natureza e cultura e porque manteve uma visão mecanicista da natureza apesar de apontar a especificidade subjetiva do ser humano:

A fronteira que então se estabelece entre o estudo do ser humano e o estudo da natureza não deixa de ser prisioneira do reconhecimento da prioridade cognitiva das ciências naturais, pois, se por um lado, se recusam os condicionantes biológicos do comportamento humano, pelo outro, usam-se argumentos biológicos para fixar a especificidade do ser humano [...] ambas as concepções da ciência social que aludí pertencem ao paradigma da ciência moderna, ainda que a concepção mencionada em segundo lugar represente, dentro deste paradigma, um sinal de crise e contenha alguns dos componentes da transição para um outro paradigma científico (SANTOS, 2006 [1987], p. 40).

Após apresentar as características do paradigma da ciência moderna, o epistemólogo português indica os sinais de sua crise. “São hoje muitos e fortes os sinais de que o modelo de racionalidade científica que acabo de descrever em alguns de seus traços principais atravessa uma profunda crise” (SANTOS, 2006 [1987], p. 40). Afirma, então, que uma revolução científica se iniciou com Einstein e a mecânica quântica, e que o novo paradigma, mesmo que ainda esteja emergindo, será marcado pelo colapso das “distinções básicas em que assenta o paradigma dominante” (SANTOS, 2006 [1987], p. 41). Santos aponta condições sociais e teóricas para a crise do paradigma moderno, contudo pretende tratar com mais atenção das questões teóricas. Afirma que a crise do paradigma moderno é fruto de suas próprias conquistas, o conhecimento adquirido pela ciência moderna “permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda” (SANTOS, 2006 [1987], p. 41).

Santos (2006) lista então quatro “rombos” no paradigma científico moderno. A reflexão de Einstein sobre a relatividade da simultaneidade é o primeiro rombo. O problema era que para determinar a simultaneidade dos acontecimentos distantes é necessário conhecer a velocidade, mas para conhecer a velocidade era preciso conhecer a simultaneidade dos acontecimentos:

Com um golpe de gênio, Einstein rompe com este círculo, demonstrando que a simultaneidade de acontecimentos distantes não pode ser verificada, pode tão só ser definida. É, portanto, arbitrária e daí que, como salienta Reichenbach, quando fazemos medições não pode haver contradições nos resultados uma vez que estes nos devolverão a simultaneidade que nós introduzimos por definição [arbitrariamente] no sistema de medição. [...]. Não havendo simultaneidade universal, o tempo e o espaço absolutos de Newton deixam de existir. Dois acontecimentos simultâneos num sistema de referência não são simultâneos noutro sistema de referência (SANTOS, 2006 [1987], p. 42-43).

O segundo rombo é a mecânica quântica, “se Einstein relativizou o rigor das leis de Newton no domínio da Astrofísica, a mecânica quântica fê-lo no domínio da microfísica. Heisenberg e Bohr demonstraram que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele” (Ibid., p. 43). Ou seja, o objeto, após um processo de medição, não é o mesmo de seu início! Como controlar isso? Como alcançar uma precisão absoluta mesmo onde se acreditou que a quantificação era plenamente possível?

Este princípio, e, portanto, a demonstração da interferência estrutural do sujeito no objeto observado, tem implicação de vulto. Por um lado, sendo estruturalmente limitado o rigor de nosso conhecimento, só podemos aspirar a resultados aproximados e por isso as leis da física são tão-só probabilísticas [...] o real não se reduz à soma das partes em que o dividimos para observar e medir [...] a distinção sujeito/objeto é muito mais complexa do que a primeira vista pode parecer (SANTOS, 2006 [1987], p. 44-45).

O próximo rombo no paradigma da Ciência moderna foi aplicado sobre o rigor da matemática pelo teorema de Gödel. Assim, a própria linguagem utilizada nas medições tem seu rigor abalado. A Matemática, por meio da qual as leis da natureza são formuladas, não tem o rigor que se acreditava que ela tivesse. Ou seja, a lógica matemática não tem direito a uma supremacia absoluta sobre outras formas de enunciado e rigor! Teria, por exemplo, direito à soberania sobre a sabedoria poética ou sobre o sujeito do inconsciente?

O teorema da incompletude (ou do não completamento) e os teoremas sobre a impossibilidade, em certas circunstâncias, de encontrar dentro de um dado sistema formal a prova de sua consistência vieram mostrar que, mesmo seguindo à risca as regras da lógica matemática, é possível formular proposições indecidíveis, proposições que não se pode demonstrar nem refutar, sendo que uma dessas proposições é precisamente a que postula o caráter não-contraditório do sistema (SANTOS, 2006 [1987], p. 46).

O quarto rombo no paradigma da Ciência moderna é constituído “pelos avanços do conhecimento nos domínios da microfísica, da química e da biologia nos últimos vinte anos” (SANTOS, 2006 [1987], p. 46). Entre outras, Santos cita a teoria das estruturas dissipativas desenvolvida por Ilya Prigogine. Essa teoria não é um fenômeno isolado e ocorre junto a uma série de outras tantas condições teóricas que ferem os pilares do paradigma moderno. Santos arrisca-se a dizer que nunca houve tantos cientistas-filósofos justamente porque o positivismo, que era avesso à reflexão filosófica, está naufragando, e os cientistas precisam complementar o conhecimento das coisas, e, comentário muito importante para nós, o complemento ao conhecimento das coisas vem, segundo Santos, com “o conhecimento de nós próprios” (Ibid., p. 50). O sujeito, excluído da prática

científica moderna, a qual se garantia em arbitrariedades eternizadas e absolutizadas, é recolocado em questão na hora e local em que produz conhecimento. A poesia retorna porque não há inovação científica sem *insight*, sem intuição, sem sensibilidade, sem invenção, sem inconsciente.

A crise do paradigma da Ciência moderna, a nosso ver, tem seu mais forte sinal no fato inegável de que, apesar dos avanços tecnológicos adquiridos com a pesquisa científica empreendida nos moldes positivistas, o habitar a Terra, o ter um corpo, ser num corpo, nascer e morrer, falar, sentir, alegrar-se e sofrer, nada disso suporta ou vai bem num mundo dominado exclusivamente pela objetividade e pela matematização, principalmente quando esse modelo serve uma perspectiva utilitarista e eventualmente cínica. Os sujeitos não se rendem à robotização a que os avanços tecnológicos conduzem, e muitas vezes o preço a pagar diante do trabalho fragmentado pela processualidade racional, e consequentemente sem sentido, é o adoecimento psíquico. Com a substituição de Deus e dos Reis pela Razão e pela Ciência Iluminada, acreditou-se poder alcançar um conhecimento pleno sobre a origem da vida, sobre seus mistérios e a morte; contudo, a tecnologia e suas produções pouco ajudaram o ser humano no enfrentamento das questões mais originárias de sua existência. Pelo contrário, tentaram excluí-las.

O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza. É, em suma e finalmente, uma forma de rigor que, ao afirmar a personalidade do cientista, destrói a personalidade da natureza. Nestes termos, o conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza e a retumbância dos êxitos da intervenção tecnológica esconde os limites de nossa compreensão do mundo e reprime a pergunta pelo valor humano do afã científico assim concebido (SANTOS, 2006 [1987], p. 54).

Dessa forma, com o ser humano apartado do cientista, como podemos habitar nossos corpos? As explicações frias e objetivas da Ciência podem nos dar alicerce para caminhar pelo mundo? Pode o conhecimento científico substituir integralmente a Arte e a Fé? Ou seja, pagamos um preço alto pela objetividade da Ciência moderna. Quando vemos Freud valorizar a sabedoria popular, indicando também a complexidade das noções de tempo e espaço, e valorizando a experiência intersubjetiva para a construção de um conhecimento, não posso deixar de pensar que a Psicanálise é também um campo do conhecimento que interroga o paradigma moderno e contribui para a revolução científica em curso. O elemento poético emerge como fundamental para a Psicanálise porque é anterior a qualquer possibilidade de objetivação, é preciso ser desejado ou não, amado ou

não, entrar na linguagem, ter um nome etc. para depois poder, talvez, tornar-se um animal racional ou com pretensões à racionalidade.

Santos (2006 [1987]), contudo, parece-me otimista em relação a essa crise acreditando num conhecimento mais compreensivo e plural, na “busca de uma vida melhor a caminho doutras paragens onde o otimismo seja mais fundado e a racionalidade mais plural e onde finalmente o conhecimento volte a ser uma aventura encantada” (Ibid., p. 58). Permito-me compreender que para que o conhecimento volte a ser uma “aventura encantada” – como creio ser a grande aventura psicanalítica que se repete a cada análise e também o trabalhar vivo diante do real de cada pane – é preciso reconhecer a importância da poesia, da criação com base na sensibilidade mais íntima e visceral do criador/cientista/trabalhador/poeta, na construção do conhecimento, um conhecimento que possa guardar em si uma sabedoria de vida que dê alguma tranquilidade ao ser humano na tarefa de ser vivo.

Antes do trabalho essencial de Sousa Santos, houve outras reflexões epistemológicas que abriram caminho para um deslocamento do modelo científico das ciências humanas e sociais. Em seu livro *O Novo Espírito Científico*, G. Bachelard indica de saída uma ambiguidade presente no pensamento científico de seu (nosso) tempo, a qual ele sintetiza como um desejo de integração da posição racionalista e da posição realista. Essa posição ambígua, afirma Bachelard (2000), nos leva ao ponto em que o racionalista se vê diante de realidades que não conhece verdadeiramente, e o realista comete simplificações que indicam uma aceitação do pensamento racionalista. Conclui então que: “isto quer dizer que para a filosofia científica, não há nem realismo nem racionalismo absolutos e que não é preciso partir de uma atitude filosófica geral para julgar o pensamento científico” (BACHELARD, 2000, p. 12). Ou ainda: “é de uma verdadeira síntese de contradições metafísicas que se ocupa a ciência contemporânea” (ibid., p. 13).

Bachelard (2000), porém, indica que há uma direção clara do pensamento científico que parte “do racional ao real”, isto é, a partir de uma perspectiva que é “a realização do racional ou mais geralmente a realização do matemático” (p. 13). Nesse ponto, Koyré (1966) tem a mesma opinião, conforme vimos, pois, ao analisar o pensamento de Galileu como fundador do pensamento e da *praxis* científica modernos, indica que Galileu utilizava a matemática para testar suas hipóteses na Natureza, hipóteses estas que eram construídas aprioristicamente sob uma lógica da racionalidade – ou seja, trata-se de um hiperplatonismo, pois as teorias, ideias e conceitos orientam a experimentação matematizada no campo da realidade e em seguida as ações e construções.

O novo *Espírito Científico* de que trata Bachelard está em uma epistemologia não-cartesiana, a qual tem como exemplos de valor dilemático, de valor que abre brechas nos modelos clássicos, por exemplo, a física não newtoniana ou a geometria não-euclidiana. Trata-se, portanto, de novos paradigmas que não refutam os anteriores, mas complexificam o objeto de pesquisa de um determinado ramo da Ciência, expondo que o conhecimento científico, mesmo o mais exemplar de todos, o da Física Newtoniana, não é completo. O que não quer dizer que não possua inúmeras aplicações na realidade. Evidentemente as têm, mas não esgota a realidade, restando algo de real a ser pesquisado.

O que está em questão para Bachelard é que o pensamento científico envolve um projeto (elemento racionalista) que, contudo, para ser reconhecido como científico, depende de uma verificação, por meio de experimentação na realidade objetiva (elemento realista)³¹. O que a concorrência entre paradigmas e suas substituições mostram, e que foi claramente explicitado por Tomas Khun (2005 [1962]), é que a realidade se torna objeto científico no âmbito de um projeto racionalista que, porém, a recorta segundo uma série de variáveis culturais, políticas, econômicas etc. Obviamente, se falamos, não pode haver realidade-em-si, mas apenas a realidade de seres falantes, portanto, uma realidade histórica, em devir incessante. Como afirma Bachelard: “a objetividade não pode se destacar dos caracteres sociais da prova” (ibid., p. 18). O que acontece é que essa objetividade se dá a partir de um recorte racional do mundo e de uma experimentação baseada nesse recorte:

A Ciência suscita um mundo, não mais por um impulso mágico, imanente à realidade, mas antes por um impulso racional, imanente ao espírito. Após ter formado, nos primeiros esforços do espírito científico, uma razão à imagem do mundo, a atividade espiritual da ciência moderna dedica-se a construir um mundo à imagem da razão. A atividade Científica realiza, em toda a força do termo, conjuntos racionais (BACHELARD, 2000, p. 19).

Bachelard afirma então que é pelo estudo do pensamento científico que se pode conhecer mais “claramente o problema psicológico da objetivação” (Ibid., p. 20). A realidade científica faria a articulação de uma “retificação empírica” a uma “precisão teórica”. Mostrando as origens do cientificismo na precisão da Astronomia newtoniana, Bachelard aponta que o rigor dessa Astronomia, demonstrado em suas possibilidades matemáticas de determinar o movimento dos astros, deveu-se a uma exclusão dos fenômenos que poderiam perturbar essa

³¹ Bachelard valoriza a experimentação, porém aponta que o experimento não apreende o real, mas sim o produz a partir da parafernália teórica e da técnica de verificação.

ordem tão perfeita. Assim, o pensamento Determinista, cuja origem está na Astronomia, seria fruto de uma simplificação da realidade:

Tem-se, frequentemente, feito observar que a precisão nas medidas astronômicas teria prejudicado na descoberta das leis. Para que o mundo pareça regulado, era preciso que as leis descobertas em primeiro lugar fossem matematicamente simples. O determinismo não podia se impor senão por intermédio de uma matemática verdadeiramente elementar. Foi esta matemática elementar que reforçou, por uma espécie de traço de necessidade, a ligação constante que parecia apresentar um empirismo mais ou menos simplificado. A observação mais ou menos exata duplicava-se de uma previsão mais ou menos precisa para fundar de fato como de direito o Determinismo” (BACHELARD, 2000, p. 94-95).

Bachelard vai apontar que o caminho do Determinismo científico e de uma epistemologia racionalista-realista, os quais culminam numa perspectiva de Ciência plena e enunciativa de verdades absolutas por meio de equações e cálculos matemáticos, decorre de um esforço de racionalização do real para o qual é posta em movimento uma “psicologia da *deformação e da perturbação*” (BACHELARD, 2000, p. 95). Essa psicologia garante ao cientista o recorte técnico da realidade, excluindo o devir dos fenômenos, deixando de lado como insignificante tudo aquilo que desvirtuaria a perspectiva mecanicista e determinista atribuída àqueles fenômenos. O que o cientista re-conhece na realidade acaba sendo muito mais a sua hipótese do que qualquer outra possibilidade não prevista que pudesse emergir. Trata-se, como diz Bachelard, de re-conhecimento e não de conhecimento. Para pesquisar fora do mundo tal qual o pré-definimos no campo dos discursos soberanos é preciso fazer poesia³².

³² Compreender por que a poesia abre vias de acesso sobre o real tem relação com a própria invenção da linguagem. A poesia é o campo da re-velação, do mito, do acolhimento ao estrangeiro, da expressão de algo novo. Por isso, quando estamos enclausurados pela lógica clássica, pelas oposições binárias, pelos sentidos correntes, pelos uniformes do pensamento, pelo logocentrismo, pelos processos burocráticos, não podemos efetivamente encontrar o novo ou desvelar o mundo, mas apenas reconhecer o que já está em nosso pensamento. Certamente, nenhuma poesia é tão originária ao ponto de emergir do nada, mas toda poesia que efetivamente merece este nome é criação, inclusive criação do poeta que a escreve/declama: “Mais racional e metrificada ou mais espontânea e emocional, a poesia não perde sua essência, a saber, criar um solo primordial para que o ser humano habite seu corpo, sua terra e construa a história de seu mundo. A poesia segue re-criando e re-velando esse solo primordial, esse campo das verdades originárias, a cada vez que o coração a convoca, a cada vez que uma crise o exige. Assim, numa escritura palimpséstica e palinódica, a poesia segue reinaugurando a *istoria*, um conhecimento que só pode ser caleidoscópico. Nem verdade, nem mentira, a poesia inventa e re-inventa o mundo com base naquilo de mais íntimo e estranho, o corpo próprio, a própria terra da qual estamos sendo constantemente exilados. A re-velação poética constitui os caminhos mais arcaicos da nossa formação” (PEYON, 2011, p. 109).

Quando Freud se ocupa, por exemplo, de sonhos, de piadas, de equívocos cotidianos, ele está incluindo, no campo de observação de sua pesquisa sobre o psiquismo humano, acontecimentos que eram percebidos como insignificantes ou tratados no âmbito da magia, do misticismo, da estética. Ao escutar o sintoma histérico como *homem de ciência*, como pesquisador, Freud insere um elemento desestabilizador à ordem mecanicista-determinista. Certamente, seu trabalho e sua pesquisa sem precedentes só puderam ocorrer porque Freud era um cientista, mas também um homem que ousou avançar sobre um objeto que não se deixava dizer totalmente pelos modelos científicos dominantes e, em um contínuo movimento de elaboração teórica, em dialética permanente com a sua prática clínica, foi construindo um edifício teórico fundamental com o auxílio dos grandes poetas. Freud queria ir além, queria descobrir e não apenas re-conhecer com base em modelos pré-existentes. Em *A Pulsão e suas Vicissitudes*, em passagem importante, ele formula, de forma resumida, sua epistemologia:

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas ideias abstratas ao material manipulado, ideias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais ideias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções – embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas, mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos **sentir** antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o momento de **confiná-los** em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer **rigidez**, inclusive em se tratando de definições (FREUD, 1915, p. 137).

Birman (2014), ao analisar a epistemologia delineada por Freud no ensaio metapsicológico sobre as pulsões, enfatiza que Freud, na construção da metapsicologia, ou seja, da base teórica da Psicanálise, para além da perspectiva da psicologia experimental de seu tempo, tinha uma orientação epistemológica bem definida, de modo a sustentar a Psicanálise como ciência:

O que ele (Freud) pretendia afirmar é que a metapsicologia era efetivamente um discurso científico, de fato e de direito, não se podendo confundi-la com uma especulação abstrata e vazia, desprovida de fundamentação teórica segura e consistente (BIRMAN, 2014, p. 62-63).

A preocupação epistemológica é constante no pensamento de Freud, mas o que fica patente, na passagem citada do ensaio sobre as pulsões, é a percepção, pelo fundador da Psicanálise, de que cada ciência tem uma história, isto é, um percurso de construção de suas bases teóricas, inclusive a Física, que não surgiu pronta na cabeça de Newton como nascera Atena da cabeça de Zeus, mas passou (e continua passando) por um avanço dialético e dialógico entre a ideia abstrata e a evidência empírica dentro de um contexto sócio-econômico-político-cultural. Freud, portanto, não é um empirista típico e não valida a hipótese da tábula rasa e o empirismo radical:

Freud enuncia que o discurso científico não se inicia jamais como uma tábula rasa, como propria o discurso teórico fundado no empirismo radical, numa modalidade de descrição pura dos fenômenos. Isso porque a descrição dos fenômenos seria sempre permeada pela presença de ideias abstratas, ainda marcadas pela indeterminação. Seriam essas ideias abstratas que seriam transformadas posteriormente nos conceitos fundamentais do discurso científico em pauta, na medida em que se mostrassem eficazes na descrição do campo fenomênico em questão, enfim, ao sobreviverem às interações colocadas pela própria pesquisa científica (BIRMAN, 2014, p. 74).

Se a Ciência, ancorada em suas bases Iluministas, promete chegar ao “ponto de vista do olho de Deus” (PUTNAM citado por RORTY, 1997, p. 19)³³ e consolidar-se imaginariamente como fonte de todo saber, o cientista que consegue fazer avançar o conhecimento é aquele que, dividido, balanceado em suas certezas, vai além porque não enxerga tão bem quanto Deus, porque indaga acerca

³³ “A tentativa dos representacionistas de explicar o sucesso da astrofísica e o fracasso da astrologia é forçada, pensa Putnam, a permanecer como um mero elogio vazio, se nós não pudermos alcançar o que ele chama de o ponto de vista do olho de Deus – um ponto de vista que de algum modo irrompeu de nossa linguagem e de nossas crenças, e que foi testado a partir de algo conhecido sem sua ajuda. Mas nós não temos ideia alguma de como seria encontrar-se nesse ponto de vista” (RORTY, 1997, p. 19). O pensamento pragmatista de Richard Rorty tem a relevância de colocar a solidariedade e a construção coletiva como cerne da sociedade. Na medida em que ninguém pode alcançar o ponto de vista do olho de Deus, e que, portanto, não podemos definir verdades absolutas nem moralismos absolutos, devemos adotar a solidariedade e o diálogo como caminhos para a construção de verdades. Certamente, essa perspectiva esbarra nas lutas de poder e no individualismo reinante. A naturalização ideológica do Mercado, como entidade supraideológica e inevitável, também faz barreira à construção coletiva de verdades. O coletivo é, portanto, capturado por um pensamento único que “se vende” como natural e inevitável.

da realidade a partir de seu desconhecimento, e algo escapa ao seu olhar e à sua compreensão, e ele então escava o real, trilha, no mínimo, novas hipóteses e complexifica o fenômeno. Nesse sentido também, o sujeito da psicanálise não é senhor na sua própria casa, mas pelas vias de sua causa mais originária, de seus traços fundantes – as escavações/trilhamentos (*Bahnungs*) do *Projeto de 1895* –, pode avançar sobre o real, complexificando o [seu] mundo e abrindo novas vias de significação para a sua história, mas também para a sua comunidade, quando a força de seu desejo o compele e quando também as circunstâncias e as contingências da realidade o favorecem.

O sujeito da Psicanálise é cartesiano, porque marcado pelo discurso racionalista, pelo pensamento científico, isto é, atravessado e constituído na época do *cogito*, da elevação da certeza de pensar ao estatuto de cerne do ser humano, mas ele se deixa atravessar por um estranhamento poético³⁴, por um estranhamento visceral que o faz vacilar, antes de mais nada, sobre sua própria causalidade, sobre suas mais objetivas certezas, as quais se revelam, para dizer o mínimo, mais complexas e não totalmente explicáveis pelo modelo de ciência positivista, lógico, linear e quantitativo, que emergiu com a Revolução Científica do Século XVII.

O projeto da *mathesis universalis*, enunciado por Hegel como o ponto a ser alcançado por meio de sua filosofia, pode ser resumido para este filósofo como efetivado no momento em que “enfim o rigor do conceito tiver penetrado na experiência da Coisa” (HEGEL, 2000 [1807], p. 23). O que fica evidente é que esse projeto da modernidade de acoplar o rigor do conceito à presença da coisa por meio da racionalidade e da prova matemática verificada no experimento, evidenciou-se limitado, pois, apesar de todas as incríveis tecnologias desenvolvidas, exclui do seu resultado científico aquilo de mais íntimo que o sujeito cientista pode ter como causa; exclui também o próprio limite intrínseco a todo

³⁴ Se o inconsciente tem relação com a poesia é justamente porque os envios do inconsciente, isto é, os sonhos, os atos falhos, as repetições, os *acting-outs*, as passagens ao ato, escapolem às possibilidades de controle do sujeito cartesiano. A poesia emerge nestes instantes em que a consciência, lócus da racionalidade, percebe sua incapacidade de comandar a vida. O estranhamento poético é a vitória da potência mais visceral do sujeito em face das certezas racionais da consciência. O estranhamento poético é um momento inaugural para o sujeito em face de sua existência, se ele tiver coragem de enfrentá-lo! O elemento poético é a antesala do conhecimento racional e, por isso, ela é originária. Assim, a poesia é de fato visceral, ao menos no seu movimento originário, de tentar simbolizar e organizar aquilo que se apresenta ao corpo, pelo corpo, para o sujeito. O esforço poético é um trabalho (*Arbeit*) demandado pela pulsão, ele marca os primeiros passos ou os passos inaugurais a cada vez que este trabalho é forçado pela pulsão ao aparelho psíquico. Nesse sentido, *poiesis* é algo muito específico.

conhecimento inevitavelmente parcial. Os caminhos científicos são escolhas ideológicas, e as verdades científicas devem ser compreendidas sob esse aspecto, de outro modo, Ciência e Ética afastar-se-ão cada vez mais, o que é perigoso. A presença da questão ética depende do reconhecimento de que não há uma “Natureza” pronta, dada, nas questões humanas, pois um dos traços próprios da existência humana é subverter o “natural”.³⁵

O sujeito do inconsciente, excluído do discurso científico, foi, porém, escutado pelo fundador da Psicanálise, que era um sujeito enredado no discurso da modernidade. O lugar epistemológico da Psicanálise, desse modo, não é o do obscurantismo ou o da negação da razão, mas o da inserção no seio mesmo do cogito, de um elemento visceral, interno e externo a esse cogito, cujas marcas mais originárias estão perdidas, mas movem o sujeito justamente no limite das suas vivências. Freud reintroduziu, portanto, o sujeito como causa não podendo furtar-se a si mesmo. Quando epistemólogos eminentes como Bachelard, Koyré, Kuhn e Sousa Santos questionam a verdade da Ciência de base cartesiana-newtoniana é justamente porque percebem que o sujeito pesquisador não pode estar separado do sujeito da Ciência que é também, na visada psicanalítica, o sujeito de um corpo pulsional, de uma história sexual e política, e de um inconsciente. E, por isso, Lacan desiste de fazer da Psicanálise uma ciência nos moldes predominantes no âmbito do paradigma da modernidade: “é pela linguística que a psicanálise poderia se engatar à ciência. Mas a psicanálise não é uma ciência, é uma prática” (LACAN, 1976 apud RUDGE, 1998, p. 107). Ser uma prática inclui o sujeito e seus sintomas por um lado, e o analista e seu ato por outro. Como esclarece Rudge, a linguística estrutural excluía o “real que motiva a linguagem”:

A partir da relevância concedida à pulsão, Lacan irá considerar, nos anos 70, que a linguística nada pode dizer do inconsciente, porque ignora o real que motiva a linguagem, pondo um freio em sua deriva. Neste lugar está exatamente o objeto causa do desejo, colocado em foco na situação analítica (RUDGE, 1998, p. 110).

Nossa proposta neste trabalho é fazer valer esse sujeito dividido para refletir sobre as teorias e práticas da organização do trabalho na contemporaneidade sob uma perspectiva epistemológica emergente, a qual ao menos percebe que o conhecimento produzido hoje, no seio do modelo científico da modernidade, exclui de seus resultados a causa principal da pesquisa, um pesquisador inserido numa realidade sócio-econômica-política-cultural complexa e dinâmica. Somente

³⁵ Mesmo que, por exemplo, possam existir alguns determinantes biológicos do comportamento humano, isso não exclui o discurso histórico-social associado a esses determinantes, o que já os altera, já os retira do campo estritamente biológico, que é um campo suposto, uma vez que inapropriável, a não ser pelo campo humano, social e histórico.

reconhecendo a presença do pesquisador (e logo da comunidade científica a qual ele pertence e dentro da qual debate seu trabalho) em sua pesquisa é possível construir conhecimento de forma ética!

No caso da organização do trabalho, a percepção de uma sociedade de consumo, marcada pela onipresença do Mercado e pela orientação das empresas ao lucro cada vez maior, submetidas que estão à lógica financeira e aos seus desdobramentos na gestão dos negócios, impõe-se uma questão acerca da relação dos sujeitos com seu trabalho, especialmente nas grandes empresas, onde se evidencia cada vez mais sofrimento psíquico nos trabalhadores com um aumento do número de trabalhadores licenciados por questões relacionadas à saúde mental³⁶. Nesse sentido, é preciso compreender o atual modelo de gestão adotado não apenas pelas empresas, mas também pelo serviço público para que possamos confrontá-lo com o sujeito da Psicanálise.

1.3 EPISTEMOLOGIA E TÉCNICAS DE GESTÃO – BREVE COMENTÁRIO

Uma breve reflexão sobre a epistemologia que orienta o saber do campo da Gestão³⁷ é importante para que se indique a diferença fundamental em relação

³⁶ Dados de 2014 do Ministério da Previdência Social indicam um aumento dos afastamentos do trabalho por questões de saúde mental: “Outro dado que chama a atenção é a evolução da motivação mórbida dos afastamentos que se desloca dos infectos/traumáticos para os crônicos. [...] Percebe-se que doenças motivadas por fatores de riscos ergonômicos e mentais superam os traumáticos, conforme se visualiza nas tabelas seguintes. Nesse duodécênio as doenças do grupo M e F (riscos ergonômicos e mentais) da CID, juntas alcançaram peso de 20,76% de todos os afastamentos, superando aquelas do grupo S-T (traumáticos) com 19,43% do total. Juntas elas respondem por 40,25% de todo o universo previdenciário. (*Informe Especial por Ocasão do Dia Mundial em Homenagem às Vítimas de Acidente do Trabalho*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/I-Boletim-Quadrimestral-de-Benef%C3%ADcios-por-Incapacidade1.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014). Importante sublinhar também que, em 2012, a OMS já sinalizara que a depressão é a principal causa mundial de incapacitação para a vida no relatório intitulado “Depressão: uma crise global”.

³⁷ A raiz epistemológica de Gestão é a mesma de gestação, o latim “ger”, que significa fazer germinar um broto. Sendo assim, a palavra gestão contém na sua origem um sentido bem mais amplo que o de comandar uma equipe ou gerir um negócio. Sobre isso podemos citar o professor Jamil Cury: “Gestão provém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere* e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica o sujeito. Isto pode ser visto em um dos substantivos derivados deste verbo. Trata-se de *gestatio*, ou seja, gestação, isto é, o ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz epistemológica em *ger* que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz, provêm os termos genitora, genitor, germen. A gestão implica

à perspectiva epistemológica que nos direciona neste trabalho. Conforme Lodi (2003 [1971]), as origens do pensamento administrativo encontram-se no pensamento dos economistas liberais dos séculos XVIII e XIX, como Adam Smith e John Stuart Mill, o que aponta, no caminhar histórico, para uma matriz economicista e utilitarista na construção do campo da Administração. Lembramos que Smith é o pai da Economia clássica e que Mill é um importante discípulo de Jeremy Bentham, fundador do Utilitarismo.

Essa matriz economicista e utilitarista é eminentemente racionalista e centrada no eu como instância capaz de pensar e de decidir racionalmente, sempre maximizando a utilidade, isto é, diminuindo o desprazer e aumentando o prazer dos agentes sociais³⁸. O cálculo utilitarista supõe uma valoração quantificável dos bens sociais, de modo que os agentes sociais tomem decisões racionais nos seus atos de produção e de consumo. Em última instância, a partir de escolhas racionais individuais, a utilidade social total será ampliada, e a comunidade alcançará um produto econômico final maior. Mesmo com a alegação de que a maximização do prazer varia de indivíduo a indivíduo, a posição utilitarista parece não ter dúvidas de que a redução do desprazer seja uma busca universal dos seres humanos.

Apesar de a ideia geral utilitarista – reduzir a dor e aumentar o prazer - guardar uma aparente semelhança com o Princípio do Prazer freudiano³⁹, no sentido da evitação da dor e da busca do prazer, há uma diferença enorme na concepção sobre como esse processo ocorre. No utilitarismo não há inconsciente, tampouco fantasia; deste modo, a racionalidade decisória é cega para os processos psíquicos do sujeito, simplificando deveras a *essência* do ser humano, que é, a nosso ver, um ser de afetos e linguagem complexamente intrincados. A perspectiva utilitarista acredita ingenuamente nas forças iluministas capitaneadas pela consciência

um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação, segundo a justiça. Nesta perspectiva, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos” (CURY, s/d). Porém, com a Administração Científica e a virada gestonária do final do século XX, no seio do projeto neoliberal, a gestão tornou-se cada vez mais um conjunto de métodos e de ferramentas para fazer a equipe de trabalho produzir mais, em termos quase sempre quantitativos. Nesse sentido, o elo da gestão com o diálogo e com o desenvolvimento da vida foi perdido ou, pelo menos, está prejudicado.

³⁸ Que, de fato, começam a ser percebidos/construídos como agentes econômicos, restringindo a dimensão social e fazendo do animal humano uma abstração microeconômica.

³⁹ Ao menos no período anterior à introdução da pulsão de morte (1920) e especialmente à discussão sobre *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924).

e pelo eu racional. Explicamos melhor, o Iluminismo é um processo fundamental para o progresso humano, porém, ele nega algo central para nós, a saber, o peso do inconsciente e mesmo dos afetos nos processos decisórios humanos, os quais estão, todavia, longe de seguir um cálculo estritamente racional da felicidade⁴⁰. O inconsciente nos invade e domina a partir de um ponto (estranho e clandestinamente implantado no sujeito pelo Outro) que escapa à lógica racional, e leva os sujeitos a decisões que contrariam a perspectiva utilitarista. Mesmo quando os utilitaristas inserem uma dimensão qualitativa no seu cálculo, é apenas para evidenciar que algumas vezes pequenas quantidades valem mais que grandes quantidades devido a uma diferença de qualidade. Não se trata, portanto, na moral utilitarista de encontrar valores éticos que transcendam as ações práticas, mas apenas de qualificação de valores quantificáveis.

A posição utilitarista geralmente é demonstrada a partir de um dilema clássico⁴¹: o dos quatro marujos à deriva, em um pequeno bote no meio do Atlântico Sul, muito distantes da costa. Após o naufrágio do navio em que se encontravam, o *Mignonette*, estando no bote, sem água e com pouquíssimo alimento, os marujos sabem que não sobreviverão por muitos dias. Para ampliar a possibilidade de sobrevivência, o cálculo racional aponta que devem sacrificar um deles para que possam ter alimento e, ao invés de quatro homens morrerem, apenas 1 morrerá para que os outros três sobrevivam.

No grupo de sobreviventes do naufrágio estavam o capitão do navio, seu primeiro oficial, um marinheiro e o camaroteiro, um jovem órfão de 17 anos de idade em sua primeira viagem no mar. O alimento existente no bote e a carne de uma tartaruga, que os náufragos conseguiram pescar, duraram por nove dias. No décimo-nono dia à deriva e há dez dias sem alimento, o capitão sugeriu um sorteio para determinar quem morreria, de modo que os outros pudessem sobreviver. Não houve acordo quanto a essa solução. No vigésimo dia, ainda sem sinal de resgate, o capitão matou o jovem camaroteiro. Os três sobreviventes se alimentaram da carne e do sangue do rapaz por mais quatro dias, quando então foram resgatados.

Após o retorno para a Inglaterra, de onde provinha o *Mignonette*, os três sobreviventes foram a julgamento. Confessaram terem matado e comido o rapaz. Alegaram tê-lo feito em estado de necessidade. O argumento da defesa é que se

⁴⁰ Existem outros obstáculos ao cálculo racional das decisões, mas enfatizamos aqui aquele que ressalta a partir da perspectiva da Psicanálise.

⁴¹ Sigo a descrição de Michael Sandel no seu livro *Justice: What's the right thing to do?*, publicado em 2009.

não tivessem matado um deles, os quatro homens acabariam morrendo. Deste modo, matar um homem significara salvar a vida dos outros três. O eleito para morrer fora aquele náufrago com menor relevância social e menos força física e política entre os náufragos, cuja morte teria menor impacto na vida da comunidade, considerando-se não apenas a sua posição social, mas também que o jovem não tinha familiares e/ou dependentes – esse viés valorativo certamente implica uma questão de poder e sobre o que se define como o valor utilitário de uma vida.

O ponto essencial, na análise do dilema dos náufragos, é se a decisão de matar o camaroteiro, racionalmente correta em termos utilitaristas – decisão tomada a partir de um cálculo de probabilidades e da constatação prática de que seria melhor, para a sociedade e para os indivíduos no bote, que houvesse três sobreviventes e um morto do que quatro mortos – se sustenta no plano ético. Existem outros aspectos a serem considerados nessa situação além da necessidade de alimento e da perspectiva de morte iminente?

Sandel (2009, p. 29 e ss), na sua reflexão sobre o dilema dos náufragos e a solução utilitarista, coloca duas questões que resumo a seguir:

- Matar o camaroteiro realmente teve uma utilidade social maior do que não o matar? Uma *solução* como a adotada pelos náufragos, sendo aceita pela comunidade, modificaria a compreensão social sobre o assassinato: alguns assassinatos seriam justificados então? Mas, como calcular isso em cada caso? Se é que efetivamente esse tipo de matéria deve ser solucionado por meio de uma calibração matemática e utilitarista?

- A segunda questão colocada por Sandel é: mesmo que se conclua que, em termos de utilidade, ou seja, racionalizando-se a decisão a partir das premissas de custo-benefício social e individual, o cálculo estivesse correto, e matar o rapaz realmente fosse a solução mais útil, não resta em nós uma sensação de que matar um jovem indefeso, a sangue frio, seria algo errado por razões que não entram no jogo do cálculo utilitarista?

Colocamos então a seguinte questão: nossa dificuldade em sermos puramente utilitaristas é algo que nos atrapalha na vida prática ou é algo que nos remete à nossa essência humana e à nossa formação histórica? Será que a discussão ética que se coloca é um empecilho a um funcionamento social mais pragmático e eficiente? Ou, por outro lado, o debate ético e os contornos morais que dele podem emergir nos permitem refrear uma racionalização absoluta das relações sociais, uma precificação de todos os aspectos da vida? Sandel (2009) resume, assim, a questão:

Utilitaristas vêm nossa tendência a evitar precificar o valor da vida humana como um impulso que deveria ser superado, um tabu que obstrui o pensamento e a escolha social racional. Para os críticos do utilitarismo, contudo, nossa hesitação aponta para algo com importância moral: a ideia de que não é possível mensurar e comparar todos os valores e mercadorias numa escala única (SANDEL, 2009, p. 47. Tradução livre).

Além de não se poder precificar de forma unânime e matemática cada vida, como psicanalistas sabemos ainda que o animal humano não busca sempre maximizar o prazer (seja lá como o sujeito ou a sociedade definirem prazer) ou reduzir o desprazer. O desejo humano nada tem de racional, de burocrático ou de estratégico. Para dizermos o mínimo, ele é contraditório, ele nos é estranho, e quantas vezes calculamos e sabemos qual a melhor decisão racional a ser tomada, mas não conseguimos segui-la? E, não por uma questão de imperativo categórico ou de um valor transcendental, mas simplesmente porque não somos tão racionais e soberanos assim; simplesmente porque não somos seres de utilidade, mas de desejo, por mais capturados que estejamos pelo discurso economicista. Analisando a perspectiva utilitarista sob um viés psicanalítico, Chemama indaga: “Deste modo [utilitarista], uma ação seria boa se minimizasse o sofrimento, e seria má se o aumentasse; porém, quem disse que o homem busca verdadeiramente evitar o sofrimento?” (CHEMAMA, 2012, p. 57. Tradução livre).

De todo modo, a orientação utilitarista e seu corolário, a supremacia do argumento da eficácia, orientam as doutrinas da Administração, de onde nascem atualmente as técnicas de Gestão e, especialmente, as novas técnicas de Gestão, que vêm sobressaindo a partir da década de 1980, associadas ao discurso neoliberal. Na verdade, o discurso neoliberal é uma radicalização da lógica utilitarista a partir do predomínio da lógica financeira em todos os campos da sociedade, para além das análises econômicas. Nesse sentido, é inevitável um desencontro entre a perspectiva da Gestão e a perspectiva da Psicanálise sobre a organização do trabalho humano. A economia do inconsciente é diferente da racionalidade econômica baseada no utilitarismo e na maximização da utilidade pelos agentes sociais. E acrescentamos, o inconsciente é, muitas vezes, mais forte que a lógica consciente⁴²!

Outro ponto fundamental para se compreender os modelos de Gestão predominantes no Capitalismo contemporâneo é a sua origem norte-americana. Como afirma Bendassoli, “o gerencialismo é uma ‘escola’ genuinamente norte-americana, embebida na tradição positivista e industrial daquele país”

⁴² Este argumento é provado pela clínica; e não apenas a clínica das psicoses, que certamente evidencia outro funcionamento social, bem distante da lógica utilitarista. A clínica da neurose também evidencia isso, pois a divisão subjetiva e o desejo apresentam-se furando esta lógica.

(2007, p. 23). As origens desses modelos estão no trabalho de Frederik W. Taylor, que bebeu da racionalidade utilitarista e orientada a fins para fundar a Administração científica:

Para Taylor uma boa teoria da Administração deve supor que o trabalhador age de acordo com o interesse pelo ganho material, o qual leva a produzir individualmente o mais possível. Esse conceito de *homo oeconomicus* não tem em conta outros fatores de motivação e simplifica estranhamente a personalidade humana (LODI, 2003 [1971], p. 32).

F. W. Taylor é, assim, considerado o pai da organização científica do trabalho. Nascido nos Estados Unidos, sua obra central, intitulada *Princípios de Administração Científica*, foi publicada em 1911. O uso do termo científico é fundamental para a compreensão do lugar que essa obra ocupa no pensamento sobre gerenciamento e administração, sendo o primeiro esforço significativo para que a Ciência contribuisse diretamente para a administração de uma empresa. Em sua obra principal, Taylor tem como objetivos contribuir para o aumento da eficiência nacional, apontando que os “princípios fundamentais da Administração Científica são aplicáveis a todas as espécies de atividades humanas, desde nossos atos mais simples até o trabalho nas grandes companhias” (TAYLOR, 1990 [1911], p. 23). É importante sublinhar que a noção de ciência empregada por Taylor se baseia na importação direta do modelo matemático como fora aplicado à Física, e que marcou o nascimento da Ciência moderna. Apesar de o sujeito da Psicanálise ter podido emergir no contexto cartesiano, ele se apresenta, no discurso das pacientes históricas de Freud – que as escutou ao invés de simplesmente reprimi-las – como não redutível à racionalidade científica e utilitarista, apontando para algo que escapa à ordenação da lógica linear causal e à maximização da utilidade. Esse aspecto é essencial para uma confrontação entre diferentes formas de se compreender a formação de grupos sociais e especificamente de equipes de trabalho. O enlace social no trabalho certamente deve visar a produtividade, mas as ações humanas não são soberanamente comandadas por um cogito que segue as leis da microeconomia.

O pai da Administração Científica parte do pressuposto que o objetivo principal da Administração é obter o máximo de prosperidade para patrões e empregados, de modo que ambos saiam lucrando. A partir dessa premissa, ele propõe uma “identidade de interesses” entre empregadores e empregados, pois se houver maior eficiência produtiva, ambos obterão ganhos. Obviamente, essa ideia, central na obra de Taylor, é um tanto quanto ingênua, pois exclui os interesses de classe e os conflitos inevitavelmente presentes na composição

dessa suposta identidade comum entre patrões e empregados, como se sempre se tratasse de um jogo de ganha-ganha, o que não acontece, como vemos com a atual precarização das relações de trabalho em todo mundo, mais de 100 anos após a publicação da obra de Taylor. Como veremos, ele atribui vadiagem aos trabalhadores, mas nunca ganância aos capitalistas, o que deixa claro o direcionamento ideológico (inevitável) de seu pensamento.

Assim, indicando a vadiagem inerente ao ser humano como problema a ser vencido pela Administração Científica, Taylor (1990 [1911]) busca com a troca do método empírico pelo método científico a “substituição de movimentos lentos e ineficientes por movimentos rápidos em todos os ofícios” (Ibid, p. 33). Em seguida, aponta a importância da divisão de trabalho entre os gerentes que o planejam e orientam e os trabalhadores que o executam:

A fim de que o trabalho possa ser feito de acordo com leis científicas, é necessária uma melhor divisão de responsabilidades entre a direção e o trabalhador do que atualmente observada em qualquer dos tipos comuns de administração. Aqueles, na administração, cujo dever é incrementar essa ciência, devem também orientar e auxiliar o operário sob sua chefia e chamar a si maior soma de responsabilidades do que, sob condições comuns, são atribuídas à direção (TAYLOR, 1990 [1911], p. 34).

Se por um lado é louvável que Taylor aponte a importância da cooperação entre os trabalhadores e a chefia, por outro lado falta ao autor uma compreensão dos fatores sociais e psicológicos envolvidos na dinâmica dessa relação. Parece-nos, ao se ler Taylor, que os trabalhadores simplesmente vão cooperar mais para produzir mais e ganhar mais de uma forma totalmente natural e objetiva, pois vão raciocinar que isso é útil para eles. Por outro lado, parece que os patrões vão ser sempre generosos e dividir de forma justa os lucros. Não há, na perspectiva taylorista, sujeitos de carne e osso, dotados de linguagem, envolvidos nos processos produtivos, marcados pela divisão subjetiva e pela relação com a *polis*; e, apesar de Taylor aparentemente se preocupar de forma honesta com a qualidade de vida dos trabalhadores, sua perspectiva não considera a subjetividade e o conflito social, vislumbrando o trabalho como algo totalmente objetivo e relegando à natureza humana as dificuldades existentes, que ele reputa inevitáveis, porém passíveis de superação por meio da organização científica do trabalho:

Não apresentamos aqui a panaceia para resolver todas as dificuldades da classe obreira e dos patrões. Como certos indivíduos nascem preguiçosos e ineficientes e outros ambiciosos e grosseiros, como há vício e crime, também sempre haverá pobreza, miséria e infelicidade. Nenhum sistema de administração, nenhum expediente sob o controle dum homem ou grupo de homens pode assegurar prosperidade permanente a trabalhadores ou patrões. A prosperidade depende de muitos fatores, inteiramente

livres do controle humano, estado ou nação [...]. Sustentamos, entretanto, que sob a administração científica, fases intermediárias serão muito mais prósperas, felizes e livres de discórdias ou dissensões (TAYLOR, 1990 [1911], p. 36).

Com a Administração Científica passa-se a buscar a uniformização dos processos de trabalho, excluindo-se ao máximo o estilo individual de cada trabalhador realizar a tarefa, padronizando-se a execução do trabalho conforme a identificação científica da *melhor forma de executar* em termos de eficiência. Uma vez identificada essa forma, todos os trabalhadores que executam a tarefa devem ser treinados homogeneamente, independentemente da *métis* que cada um detivesse. Aliás, somente é possível creditar ao trabalhador alguma astúcia ou saber-fazer distinto quando se compreende que o trabalho real é diferente do trabalho conforme planejado. A rigidez de um processo de trabalho planejado e controlado por uma gerência fechada à possibilidade de conversar sobre a realização da tarefa retira do trabalhador não apenas o seu “saber-fazer”, mas a possibilidade de encontrar soluções inovadoras na execução real da tarefa.

Taylor (1990 [1911]) indica a necessidade de cordialidade na cooperação entre trabalhadores e gestores para que esse método científico funcione e aponta a existência de uma “guerra” na implementação da Administração Científica. Nitidamente, em sua obra, emergem aspectos humanos que não são devidamente considerados: quando fala em vadiagem como algo da natureza humana, ele despreza a história das sociedades e a luta de classes; quando fala em necessidade de cordialidade, Taylor deixa implícito que a não cordialidade pode existir, mas não aprofunda essa questão, atribuindo a resistência dos trabalhadores a um simples desejo de trabalhar menos do que poderiam. Falta a Taylor agregar elementos da Sociologia e da Psicanálise, por exemplo, que complexificariam sua análise dos processos de trabalho.

Além disso, ao imaginar a execução das tarefas conforme “normas, leis e fórmulas que substituem a orientação pessoal empírica do trabalhador” (Ibid., p. 41), Taylor imagina poder efetivamente controlar o real do trabalho – o que infelizmente muitos seguidores da Administração Científica ainda creem na contemporaneidade –, não percebendo que os planos abstratos e que os projetos detalhados em modernos *softwares*, por melhor elaborados que sejam, jamais são capazes de prever todas as variáveis existentes na execução real das atividades de trabalho, no cotidiano do trabalhador. **A tarefa prevista nunca é a mesma na prática;** portanto, um sistema de administração cuja cientificidade baseia-se num planejamento total merece, no mínimo, qualificações críticas. Afirma Taylor sobre a tarefa:

A ideia de tarefa é, quiçá, o mais importante elemento na Administração Científica. O trabalho de cada operário é completamente planejado pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência, e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado e também os meios usados para realizá-la. E o trabalho planejado adiantadamente constitui, desse modo, tarefa que precisa ser desempenhada, como explicamos acima, não somente pelo operário, mas também, em quase todos os casos, pelo esforço conjunto do operário e da direção. Na tarefa é especificado o que deve ser feito e também como fazê-lo, além do tempo exato concebido para a execução. E quando o trabalhador consegue realizar a tarefa determinada, dentro do tempo-limite especificado, recebe ele aumento de 30 a 100% do seu salário habitual. Estas tarefas são cuidadosamente planejadas, de modo que sua execução seja boa e correta, mas que não obrigue o trabalhador a esforço algum que lhe prejudique a saúde” (TAYLOR, 1990 [1911], p. 42).

Os estudos de tempos e movimentos empreendidos por Taylor (1990 [1911]) dizem respeito a diferentes atividades manuais marcadas pelo emprego da força física, de modo que o autor chega a cogitar que um gorila treinado seria mais eficiente do que homens. Certamente, a ideia é que animais humanos que se comportem como gorilas bem adestrados serão melhor remunerados e reconhecidos pela gerência da empresa. A Administração Científica proposta por Taylor é marcada, portanto, por um adestramento do trabalhador, que deverá cumprir, sem pensar e sem sentir, as determinações dos gestores. O próprio Taylor admite que um ser humano criativo não se adaptaria a esse tipo e modo de execução das tarefas, como no caso dos carregadores de lingotes de ferro:

Um dos primeiros requisitos para um indivíduo que queira carregar lingotes de ferro como ocupação regular é ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição a um boi, que a qualquer outra coisa. Um homem de reações vivas e inteligentes é, por isso mesmo, inteiramente impróprio para tarefa tão monótona. No entanto, o trabalhador mais adequado para o carregamento de lingotes é incapaz de entender a ciência que regula a execução desse trabalho (TAYLOR, 1911, p. 53).

Taylor vai destacar, portanto, a importância da seleção de pessoal como forma de ajustar os trabalhadores às tarefas, mas não de forma a desenvolver ao máximo o empregado, mas sim para uma melhor adaptação às exigências do posto de trabalho no sentido do adestramento. Se não podemos nos iludir em relação ao grau de satisfação que o trabalho pode proporcionar às pessoas, ou mesmo de desenvolvimento pessoal, é importante, por outro lado, não aceitarmos passivamente uma visão do trabalho que esmaga a subjetividade humana em nome da adaptação e da eficácia. Fica mais claro o uso da palavra “cordialidade” por Taylor (1911): trata-se de acatar as ordens da gerência, comportando-se como um boi ou como um gorila doméstico: se você se comportar como um boi, ganhará mais dinheiro e será feliz! Taylor, porém, equivocou-se ao achar que

isso seria benéfico à saúde dos trabalhadores. Afinal, abstando-me de buscar compreender como é ser um boi ou um gorila⁴³, podemos no mínimo dizer que não somos bois ou gorilas bem adestrados e sorridentes. Somos outro animal: que fala sua língua muito específica.

Outro ponto a ser destacado na obra de Taylor (1911) é o incentivo ao individualismo e a desvalorização do trabalho em equipe – o que é o oposto do percebido como central e benéfico ao trabalhador nas pesquisas da Psicodinâmica do Trabalho, e novamente nos remete a orientações ideológicas presentes em ambas as perspectivas. Taylor (1911) conclui que é melhor suprimir o trabalho em equipe e fomentar o trabalho individual como forma de aumentar a produtividade e os salários. Certamente, contemporaneamente, essa corrida individualista por produtividade e maior salário está na raiz do enfraquecimento dos trabalhadores como classe social e da constituição de um ambiente de desconfiança e de deslealdade nas organizações. O individualismo excessivo no ambiente de trabalho é, certamente, uma das causas de comportamentos desleais e que merecem uma reflexão ética.

Na contramão ainda do que a Psicodinâmica do Trabalho indica⁴⁴, Taylor (1911) argumenta que a tarefa cientificamente planejada não deve levar em conta o saber dos trabalhadores, mas sim a capacidade dos gestores de elaborar e disseminar o melhor método. Taylor enfatiza “o desenvolvimento pela direção e não pelo operário da ciência de assentar tijolos [falava do ofício de pedreiro], com normas rígidas para o movimento de cada homem, aperfeiçoamento e padronização de todas as ferramentas e condições de trabalho.” (TAYLOR, 1911, p. 67). Nesse sentido, ocorre uma divisão extrema entre aqueles sujeitos que planejam e organizam e aqueles que somente executam, desconsiderando-se o saber dos trabalhadores, realmente extirpando do trabalhador o seu trabalho. Acrescente-se a isso, na contemporaneidade, uma ideia de que o trabalho pode ser intercalado com atividades prazerosas ou de que o próprio trabalhar poderia ser prazeroso de forma contínua, o que se coaduna com o incentivo ao prazer generalizado na contemporaneidade – contrariando a determinação bíblica, agora teremos finalmente muito prazer no trabalho, teremos *home-office*, menos hierarquia, aulas de ioga durante o expediente, espaços para descompressão e recreação, comunicação transparente e avanço de nível meritocrático e baseado em avaliações de desempenho individuais e quantitativas plenamente confiáveis – *só que não*, como dizem os jovens! Afinal, cada vez mais as pessoas adoecem psicologicamente no trabalho.⁴⁵

⁴³ Está implícito no argumento de Taylor que bois ou gorilas não pensam. De nossa parte, não cremos poder afirmar isso, mas fazemos ponto contra a argumentação de Taylor, e evitamos a discussão sobre a inteligência dos animais por entendermos que não está no escopo deste trabalho.

⁴⁴ No capítulo três deste livro faremos uma exposição dos preceitos da Psicodinâmica do Trabalho.

⁴⁵ Conforme informação exposta na Nota de Rodapé número 36.

Assim, a Administração Científica do trabalho, visando a produtividade a partir de uma visão estreita sobre os trabalhadores e seu trabalhar, defende a individualização do trabalho, a rigidez das normas e padrões, confeccionados pela direção sem diálogo com os trabalhadores, excluindo da cena do trabalhar a cooperação, a coletividade, a criatividade do trabalhador e aumentando as constrictões no trabalho e o incentivo ao individualismo. A atuação de Taylor marca, deste modo, o início de um modelo que, nos seus extremos vivenciados na contemporaneidade, trouxe benefícios apenas para os acionistas, os donos dos meios de produção e, em parte, para os gestores, aumentando o sofrimento e o adoecimento no trabalho, como veremos ao longo desse estudo. Algumas tentativas de resgatar o trabalho de Taylor, em face das críticas que recebeu, apontam, porém, para uma preocupação genuína desse autor com o bem-estar dos trabalhadores, o que não nos impede, ao final, de afirmar que de boas intenções o inferno está cheio. Entre aqueles que valorizam muito o trabalho de Taylor está o eminente consultor norte-americano Peter Drucker, que atribui ao taylorismo, isto é, atribui à aplicação do conhecimento científico (entendendo Ciência sob uma perspectiva positivista) aos métodos e processos de trabalho os grandes avanços de produtividade conquistados a partir do século XX:

“Darwin, Marx e Freud” formam a trindade frequentemente citada como “os criadores do mundo moderno”. Se houvesse alguma justiça no mundo, Marx deveria ser retirado e substituído por Taylor. Mas o fato de Taylor não receber o crédito que lhe é devido não é tão importante. O que é sério é o fato de tão poucas pessoas compreenderem que a aplicação do conhecimento ao trabalho criou economias desenvolvidas ao provocar a explosão de criatividade dos últimos cem anos (DRUCKER, 1993, p. 19).

Independente da veracidade acerca das “boas intenções” de Taylor para com trabalhadores e patrões, o trabalho seminal do pai da Administração Científica abriu caminho para uma expropriação ainda mais fria e calculista da mais-valia sobre o trabalhador. Ao introduzir o cálculo instrumental e a processualidade do trabalho com tempos e movimentos definidos para a definição e padronização das tarefas, além de uma separação ampla entre o planejamento e a execução, Taylor (1911) indicou caminhos para o ganho de eficiência, mas também para o individualismo, a deslealdade, o enfraquecimento dos trabalhadores enquanto grupo e a negação do real da atividade por meio de um planejamento absoluto e definido exclusivamente pela chefia. Certamente, é bastante questionável a afirmação taylorista de que a Administração Científica é benéfica à saúde do trabalhador, por mais que os ganhos de produtividade apontados por Peter Drucker sejam verificáveis (numa visão estreita de produtividade e sem relacionar com as questões de saúde e qualidade de vida dos trabalhadores).

No final da década de 1920, teve início, sob a condução do sociólogo Elton Mayo, a pesquisa na fábrica da Western Company localizada em Hawthorne, Chicago. Essa pesquisa ficou conhecida como *Experiência Hawthorne* e marca a formação de uma nova escola no campo da Administração que ficou conhecida como Escola das Relações Humanas, a qual se diferencia da Administração Científica inaugurada por Taylor. Apesar de as pesquisas conduzidas por Mayo terem ocorrido entre 1927 e 1932, seu trabalho teve maior repercussão a partir da década de 1940. Comparando a perspectiva da Administração Científica de Taylor com as conclusões enunciadas por Mayo e seus seguidores, Lodi (2003 [1971]) afirma que:

Para Taylor a motivação do empregado era a do *homo aeconomicus*, preocupado em produzir o mais possível se as condições físicas assim ajudassem. Para Mayo, os empregados eram pessoas motivadas pela necessidade de ‘estar junto’, de ‘ser reconhecido’, de receber uma boa comunicação. Taylor subiu na empresa através de um trabalho árduo e dedicado; ele acreditava que todos os empregados eram movidos como ele. Mayo era um sociólogo, vivendo no meio universitário; ele estava penalizado com as condições do operário de seu tempo no ângulo das necessidades psicológicas e sociais. Enquanto Taylor supunha que a organização eficiente por si só levaria à melhor produção, Mayo considerava-a incapaz se as necessidades psicológicas do trabalhador não fossem descobertas e satisfeitas (LODI, 2003 [1971], p. 70).

A partir dos estudos da Escola das Relações Humanas, ampliou-se a perspectiva sobre o que seria o trabalho e quais aspectos *humanos* estariam envolvidos, indo-se além da dimensão estritamente técnica do trabalhar. O mundo do trabalho, nesta perspectiva, não se volta apenas para a produção e o lucro, ele é percebido como central na constituição do ser humano, envolvendo inúmeras variáveis sociais, psicológicas, biológicas etc., as quais interferem nos processos de trabalho e na vida de cada indivíduo. Se observarmos a centralidade atribuída ao trabalho por autores como Marx, que pensava a singularidade da espécie humana a partir de sua forma de trabalhar e produzir, ou como Dejours que entende o trabalho, ao lado das relações libidinais familiares, como o grande espaço de formação da subjetividade nos indivíduos, é no mínimo leviano pensar a organização do trabalho sem considerar variáveis externas à mera execução “científica” das tarefas⁴⁶. O que ocorreu, segundo Lodi (2003 [1971]), e com o que concordamos em grande medida, é que as técnicas de gestão incorporaram o saber sobre o elemento humano no trabalho para aprimorar o controle social dos

⁴⁶ Vale ressaltar que não há um acordo sobre a centralidade do trabalho na vida humana. Enriquez, por exemplo, discorda disso: “O trabalho não constitui a essência do homem, ainda que tenha se tornado, nos tempos modernos, o mais importante de seus atributos ou, pelo menos, um de seus atributos essenciais” (ENRIQUEZ, 2014, p. 171).

trabalhadores, e não para propiciar um equilíbrio de forças e um interjogo social mais justo nas relações entre capital e trabalho:

Foi também ilusório, para aqueles que acreditaram nas Relações Humanas, esperar que elas dariam o controle da situação para o operário. As conferências, a participação, as sessões de reclamação, as caixas de sugestões, a boa comunicação em duas vias, todas essas técnicas deram a impressão de uma comunicação para cima, quando na verdade eram formas de controle e dominação. O empregado foi melhor dominado porque passou a ser colonizado mentalmente. As novas técnicas são ideologias de sustentação da Administração (LODI, 2003 [1971], p. 71).

Nos parece evidente que, após o período de crescimento econômico que seguiu a destruição gigantesca ocorrida na Segunda Guerra Mundial, e no qual prevaleceram o modelo fordista de produção e as bases econômicas acordadas em Bretton Woods, adveio, com a crise econômica dos anos de 1970, com os choques do petróleo (e depois o choque de juros do FED) e um processo de estagflação e desemprego, um novo modelo de relações entre trabalho e capital, desarticulando-se o modelo que se estabeleceu no pós-guerra. Essa passagem histórica é fundamental, pois representou uma mudança nas formas de organizar o trabalho.

David Harvey (1992 [1989]) buscou compreender as alterações nos “processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado” (Ibid., p. 118) no final do século XX, com a superação do que ele se refere como modelo “fordista-keynesiano”. Este modelo teria se estendido de 1945 a 1973 e “teve como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político econômico” (Ibid., p. 119). A partir de 1973, porém, esse modelo teria entrado em colapso, e um novo modelo nomeado “regime de acumulação flexível” teria se constituído:

O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. Não está claro se os novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de aplicação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, associado com a virada cultural para o pós-modernismo, garante ou não um novo modo de regulamentação (HARVEY, 1992 [1989], p. 119).

É preciso lembrar com Harvey que Ford foi além da implantação dos princípios da administração científica de Taylor, fazendo uma verdadeira reforma sociocultural, cuja base seria o poder corporativo, capaz de efetivamente influenciar a cultura:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992 [1989], p. 121).

A instalação do fordismo no Pós-Segunda Guerra envolveu a articulação de atores como o Estado, que seguiu os preceitos keynesianos, as Corporações, que buscaram uma “lucratividade segura” (HARVEY, 1992 [1989], p. 125), e a adaptação dos trabalhadores aos novos modos de organização do trabalho, o que ocorria associado a um aumento da renda e do poder de consumo e uma desmobilização, ao menos no mundo ocidental, das associações mais radicais de trabalhadores. O Estado do Bem-Estar Social europeu e o fordismo nos EUA teriam, assim, contido o movimento trabalhista mais radical, o qual ameaçava a ordem capitalista, mediante um ajuste na distribuição da renda, seja via atuação estatal, seja via aumento dos salários e estabilidade no emprego. Certamente, houve diferenças entre o modelo adotado por cada país, mas um equilíbrio razoavelmente estável configurou-se no período de 1945 até 1973, quando Harvey marca a virada do fordismo-keynesianismo para a acumulação flexível, no contexto recessivo que se instala e que é agravado pelo primeiro choque do petróleo. Ele indica que no período que vai de 1965 a 1973 já se anunciavam as limitações do modelo fordista, que podiam ser resumidas na ideia de rigidez:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes (Ibid., p. 135).

Em oposição ao modelo rígido do fordismo, a nova estruturação das relações produtivas entre as corporações, os Estados e os trabalhadores e suas organizações será marcada pela flexibilidade. As novidades tecnológicas⁴⁷ favoreceram esse processo ao diminuir as distâncias entre mercados produtores

⁴⁷ É importante marcar que a questão da técnica é fundamental, e que novas tecnologias possibilitam a implementação de novas estruturas organizacionais, mas jamais as determinam. O uso que se faz das novas tecnologias é ideologicamente orientado. A técnica-em-si não é um agente político. A técnica viva insere-se em um processo dialético no qual ela não é o único determinante.

e consumidores num contexto de crise econômica e aumento do desemprego, com fragilização dos sindicatos:

O mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (Ibid., p. 143).

Parece-nos não haver dúvidas que, com a mudança para formas mais flexíveis de acumulação, um novo quadro regulamentatório foi instalado, tanto para a circulação financeira como para as relações trabalhistas. A mobilidade de plantas produtivas pelo globo terrestre em busca de mão-de-obra qualificada (*Offshoring*), porém barata, e as novas modalidades, mais instáveis, de vínculo empregatício, caracterizadas pela terceirização de serviços em escala cada vez maior (*Outsourcing*), e que seguem ampliando-se, marcam uma mudança radical no ambiente das relações trabalhistas, com crescente precarização do trabalho associada à crescente flexibilização dos arranjos de trabalho. Some-se a isso as novas tecnologias de gestão apoiadas no microcomputador e nos planos de metas quantitativas com avaliação individual da produção e/ou do desempenho. Sob regimes mais flexíveis e em um ambiente de mudanças tecnológicas constantes, o saber-fazer das atividades vive mudando, de modo que os trabalhadores sempre ameaçados pela defasagem de conhecimento, devem constantemente se reciclar e/ou aprender a utilizar novas tecnologias, sistemas etc. A identidade profissional estruturada sobre um conhecimento sólido numa área bem delimitada deixa de existir, especialmente no mundo corporativo. Além disso, as máquinas desestruturam o saber do artífice conforme exemplo comentado por Sennett (2012 [1998]). Na situação relatada por esse autor, a qual se passou numa padaria da cidade de Boston nos EUA, o saber do padeiro acerca da fabricação do pão, isto é, o ponto do pão, avaliado pela cor, pelo aroma, e também relacionado ao manejo da massa e do forno, foi sendo perdido com a introdução da eletrônica na padaria. Assim, todo um grupo de profissionais que tinha uma profunda identidade com um *savoir faire*, com as habilidades e regras de um ofício, que tinha mesmo orgulho do seu trabalho de padeiro, e que formava um grupo de trabalhadores específico dentro de um *métier* específico, foi substituído por trabalhadores que não entendiam nada da arte de fazer pão, mas que conseguiam apertar os botões certos das novas máquinas:

A panificação computadorizada mudou profundamente as atividades físicas de balé da padaria. Agora os padeiros não têm contato físico com os materiais ou as bisnagas

de pão, monitorando todo processo por ícones em telas que mostram, por exemplo, imagens da cor do pão, extraídas de dados sobre a temperatura e o tempo de cozimento dos fornos; poucos padeiros veem de fato as bisnagas que fazem. Suas telas de trabalho são organizadas da conhecida maneira do Windows. [...] O pão tornou-se uma representação numa tela.

Como consequência de trabalhar desta forma, os padeiros não sabem mais de fato como fazer o pão. [...] O trabalho não é mais legível para eles, no sentido de entender o que estão fazendo (SENNETT, 2012 [1998], p. 79-80).

O avanço das técnicas de produção e de gestão prosseguiu de modo a alienar o trabalhador ainda mais em relação ao processo produtivo e ao fruto de seu trabalho. Cada vez menos um artífice e cada vez mais um vendedor de sua força de trabalho e operador de processos técnicos abstratos, o trabalhador vai sendo mais e mais monitorado em relação ao cumprimento dos procedimentos operacionais, especialmente com os avanços tecnológicos, o que também restringe a possibilidade de criar e desenvolver *know-how*. Acrescente-se a isso que com a ressurgência do pensamento econômico liberal⁴⁸ – com Reagan nos EUA e Thatcher no Reino Unido –, que culminou na ideia de “Fim da História” (FUKUYAMA, 1989), advieram o Consenso de Washington e seus preceitos econômicos liberais, amplamente adotados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como receituário na década de 1990 para os países com problemas fiscais, e os processos de transformação da gestão do serviço público para o modelo da empresa privada, o *New Public Management*. A adoção desse modelo em áreas típicas do serviço público, como a área judiciária, a da saúde e a da educação, tem ocasionado graves consequências tanto na qualidade dos serviços como para a saúde dos trabalhadores⁴⁹.

⁴⁸ Que acaba extrapolando o campo econômico e torna-se uma nova ideologia: o Neoliberalismo.

⁴⁹ É importante frisar que, no âmbito do serviço público, ao menos idealmente, havia uma preocupação com a equidade de direito e com o acesso ao serviço e, logo, com a justiça social. Com a adoção do *New Public Management* e a extensão do modelo de gestão privada ao serviço público, o aspecto social do Estado, intimamente vinculado aos ideais da Revolução Francesa, especialmente a solidariedade, tende a desaparecer. Afinal, a gestão eficiente, científica e neoliberal, não reconhece a solidariedade como elemento da justiça social, mas sim o livre mercado associado ao mito da meritocracia. Sublinhe-se que o mercado não é algo natural, mas sim uma construção histórica a serviço de interesses de classe como demonstram Dardot & Laval (2016 [2009]). Se no seio de um modelo social que exclui milhões de pessoas, alguns exemplos valorosos de pessoas que, de origem socioeconômica humilde, conseguiram reinserir-se socialmente alcançando posições de destaque, são expostos como exemplos da justiça meritocrática, trata-se de embuste no qual se apresenta a exceção como a regra. Dizer que, uma vez que um indivíduo conseguiu ascender socialmente, o sistema é justo trata-se de uma racionalização que alivia nossa culpa ou de puro cinismo, mas é absolutamente falso e irrelevante do ponto de vista de uma análise ampla sobre as possibilidades de mobilidade social, já que a maior parte das pessoas nascidas nas camadas com menor renda (e logo menor acesso à educação e saúde) não consegue ascender socialmente, mesmo trabalhando muito, em jornadas penosas de trabalho.

Sublinhe-se que o discurso neoliberal insiste na baixa qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado como forma de promover a captura desses serviços pela iniciativa privada, mostrada como mais eficiente. Certamente, a iniciativa privada somente interessa-se pelas atividades rentáveis, e os danos causados a milhares de trabalhadores nos processos de privatização fazem parte dos *ajustes naturais* do Mercado (as mãos (in)-visíveis atacam novamente) que, no longo prazo sem fim dos economistas, beneficiarão a todos. As tentativas de desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação cada vez mais ampla do modelo dos “Planos de Saúde Privados” (com diversas categorias para os diferentes níveis econômicos da clientela) são a prova da captura de um serviço, que deveria ser público e de acesso universal (conforme a Constituição Federal de 1988), pelos agentes privados que cooptam os políticos, muitas vezes de forma ilegal. Certamente, tornar a saúde (as consultas, os remédios, as cirurgias e outros procedimentos, as internações etc.) uma mercadoria vai excluir ou precarizar ainda mais o acesso de milhões de pessoas⁵⁰. Hospitais não são fábricas, tampouco são shopping-centers.

Segundo Antunes (2011), a década de 1980 marca a crise mais aguda sofrida pelos trabalhadores ao longo do século XX. O grande salto tecnológico vivenciado, visível, por exemplo, nos avanços da robótica e da microeletrônica, foram acompanhados por grandes mudanças na organização do trabalho, decorrentes da implementação do Toyotismo e de formas mais flexíveis de contratação e relação com os trabalhadores. Estas mudanças - que continuam em curso - repercutiram de forma impactante em diferentes aspectos do universo do trabalho com consequências danosas à saúde do trabalhador.

Como Harvey, Antunes (2011) aponta que se “o fordismo foi fundamentalmente a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [XX]” (ANTUNES, 2011, p. 24), surgiram, principalmente a partir da década de 1970, outros modelos de produção como o toyotismo e a acumulação flexível. Houve também, no norte da Itália, um processo conhecido como ‘Terceira Itália’, que Antunes aponta como: “uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e de outro uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas”

⁵⁰ Se há problemas de corrupção no serviço público deve-se combater a corrupção e não desmantelar um serviço que atende milhões de pessoas como é o SUS em nome de um sistema de Saúde que só vai aumentar a desigualdade social e não será garantia de mais qualidade (exceto para a parte mais alta da pirâmide social). É notório que as reformas neoliberais favorecem os ricos em todos os setores da vida.

(Ibid., p. 25). Esse modelo extingue a produção em larga escala, possibilitando atendimentos localizados e mais segmentados do mercado.

Segundo esse pensador brasileiro, a crise do fordismo decorreu de seus excessos, os quais seriam supressores da criatividade dos trabalhadores. O toyotismo, todavia, não libertaria o trabalhador das constrições que embotam a sua capacidade criativa e sua autonomia: “o estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo ‘envolvimento cooptado’, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho” (Ibid., p. 40). Tampouco, as novas técnicas de gestão possibilitam maior criatividade dos trabalhadores ao estimularem que eles sejam “eles mesmos” no ambiente de trabalho. O que está em jogo são formas sutis de captura da subjetividade dos trabalhadores, por meio das quais o trabalhador vislumbra realizar-se pelo trabalho, e até ter felicidade no trabalho, quando de fato está alienando seu desejo ao ser capturado pela rede imaginária do discurso corporativo. A ideia central desse discurso é que é possível produzir sem sentir as dores do trabalhar, desenvolvendo-se por meio do trabalho, tornando-se resiliente (palavra da moda cujo significado remete a uma adesão absoluta ao discurso da empresa), mas tudo isso de uma forma exclusivamente comportamentalista, matematizada e alinhada aos preceitos de uma ciência positivista; por isso, o modelo de Psicologia que é convocado a orientar essa suposta ampliação da felicidade no ambiente de trabalho distancia-se de qualquer olhar sobre os conflitos inconscientes dos trabalhadores ou mesmo sobre a subjetividade:

Não surpreende que possamos notar, neste ponto também, o significativo aumento da presença de um psicólogo organizacional no local de trabalho; este profissional geralmente é formado em terapia cognitivo-comportamental, cujos métodos de intervenção impedem uma análise das pulsões e dos complexos inconscientes. Ao mesmo tempo, estes psicólogos mobilizam e perpetuam a noção de ‘trabalhador individual’, que pode ser re-educado com o objetivo de extrair o máximo da sua experiência (OWENS, 2010, p. 191. Tradução Livre).

Após comentar brevemente a passagem do fordismo para os modelos influenciados pelo toyotismo e pela especialização flexível, Antunes (2011) debruça-se sobre as “metamorfoses no mundo do trabalho”, as quais decorrem grandemente das mudanças na organização do trabalho associadas ao desenvolvimento de novas tecnologias na atualidade. Como consequências, o sociólogo aponta: “A desproletarização do trabalho industrial; a ampliação do assalariamento no setor de serviços; a expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’; a expansão do desemprego estrutural” (cf. ANTUNES, 2011, p. 47).

Assim, apesar de haver efetivamente uma redução da massa operária industrial nos países centrais, o que primordialmente vem ocorrendo é um “processo

de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (Ibid., p. 47). Essa complexificação conforma o que Antunes nomeia de “nova polissemia do trabalho” (Ibid., p. 104). Tudo isso implica uma “alteração qualitativa na forma de ser do trabalho” (Ibid., p. 52). Essa multiplicação das formas de organização do trabalho (ou das formas de ausência de sentido no trabalho) tem como consequência principal uma “precarização estrutural do trabalho em escala global” (Ibid., p. 103). Essa precarização decorre das novas formas de organização do trabalho, as quais estão associadas às mudanças na legislação trabalhista, que segue um padrão que vem sendo globalmente implementado, como se vê nas novas legislações sobre a terceirização, que têm sido postas em prática em diversos países, como no México, na França e no Brasil⁵¹.

Ao fato de que realmente ocorreu uma redução do operariado industrial é preciso acrescentar esses outros aspectos que contribuem, não para uma extinção do proletariado, ou “classe-que-vive-do-trabalho” como nomeia Antunes (2011), mas sim para uma diminuição do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto, no qual o trabalhador deixa de ser um artífice que transforma diretamente objetos materiais, e torna-se um “supervisor e regulador do processo de produção”, expressão que Antunes encontra em Marx. Pensando-se a partir da distinção entre trabalho (*labour*) e obra (*work*) resgatada por Arendt (2014 [1958]), o que se tem é cada vez mais trabalho para suprir necessidades, associadas cada vez mais ao consumo imediato, com forte criação de demanda e um ciclo incessante de consumo seguido de descarte – inclusive do trabalhador que vai seguindo o fluxo dos contratos precários, terceirizações, reengenharias etc. Todo esse processo de transformação nas estruturas do trabalho engendra mais trabalho abstrato, pois os processos de trabalho raramente deixam ao trabalhador espaço para “obrar”, isto é, para colocar algo de sua singularidade no mundo por meio da confecção de um artefato útil e capaz de dar consistência ao mundo o qual habita. Pelo contrário, a essência do consumismo desenfreado é a falta de consistência real desses produtos que são figuras de um grande espetáculo, mas um espetáculo *fake*. Some-se a isso o esvaziamento da luta trabalhista decorrente dos novos métodos de gestão e

⁵¹ Em alguns países como o Reino Unido e os EUA, a precarização avança ainda mais com o chamado trabalho sob acordo de “*just in time scheduling*”. A cada dia de trabalho, o empregado sabe se será ou não necessário na empresa, mas tem que estar disponível. Se ele for necessário, é chamado e vai ao trabalho, recebendo pagamento por aquele dia de trabalho, ou por algumas horas trabalhadas; de outro modo, se ele não for necessário na empresa naquele dia, então, ele é liberado sem direito a nada. Uma situação absurda, pois o trabalhador não sabe quanto ganhará, nem quais dias trabalhará ou não, tendo, porém, que estar disponível diariamente.

do predomínio do discurso neoliberal, os quais reforçam o individualismo e a desestruturação dos coletivos de trabalhadores. Neste contexto, a solidão em um trabalho sem sentido torna-se causa de sofrimento e adoecimento.

Outro aspecto da crise do trabalho na contemporaneidade é a dessindicalização. Podemos apontar não apenas a dessindicalização, mas a maior fragmentação social, com o dismantelamento dos grupos sociais ativos, como aponta Robert Putnan (1995) no seu ensaio “Bowling Alone”. Antunes também aponta a relação entre as metamorfoses no mundo do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora:

As metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Essas transformações afetaram também intensamente os organismos sindicais em escala mundial (ANTUNES, 2012, p. 63).

Apesar da influência japonesa derivada do modelo toyotista, que marcou uma flexibilização em relação ao modelo fordista, e também da existência do modelo flexível italiano, as ciências da gestão são, como vimos, eminentemente norte-americanas. É sob a ideologia neoliberal e o modelo científico positivista que o campo das ciências da gestão floresce. A racionalidade imposta ao processo de trabalho, buscando torná-lo uniforme, absolutamente mensurável e capaz de alcançar a chamada qualidade total, dificulta a presença do trabalhador como agente enunciativo de falas próprias e efetivador de ações singulares a serem compartilhadas num espaço coletivo de verdadeira intersubjetividade, com debates dialéticos e dialógicos sobre o trabalhar, em um determinado espaço por um grupo de trabalhadores. Essa uniformização absoluta dos processos de trabalho e das tarefas, sem um verdadeiro diálogo com os trabalhadores, esvazia o sentido do trabalho, que se torna mera ocupação em troca de salário, ou na linguagem marxiana: trabalho abstrato. Pior, trabalho abstrato maquiado como trabalho feliz – obviamente, sujeitos deprimem cada vez mais diante dessa insustentável falácia, até porque a realidade é marcada por exigências cada vez maiores de desempenho profissional, instaurando ritmos de trabalho cada vez mais acelerados.

Nesse contexto de enfraquecimento do laço social, com uma diminuição da articulação dos trabalhadores, seja por meio dos sindicatos e associações, seja a articulação pelo grupo de trabalho específico de uma seção ou de uma gerência. Um coletivo de trabalho, para formar-se, precisa efetivamente discutir o trabalho e conformar uma equipe que, para além da coordenação oficial pelos gestores, estabelece um modo de cooperação ancorado no desejo de trabalhar bem, mas também na solidariedade. Sob a égide da meritocracia e da avaliação individual de

desempenho, num mundo de laços sociais frágeis e instáveis, inclusive o vínculo trabalhista, a tendência é que os trabalhadores realmente sigam desagregados, favorecendo o império dos donos do capital, especialmente do capital financeiro, que não apenas desconhece o real do trabalhar, mas pouco se importa com a injustiça social, da qual é, em realidade, o principal causador na atualidade⁵².

Em termos epistemológicos, as ciências da gestão se pretendem neutras e científicas, o que é uma falácia. Nesse sentido, Gaulejac (2005), ao abordar os fundamentos da ideologia gerencialista, aponta que o pragmatismo com ares de neutralidade, o qual é apresentado como eixo dos modelos de gestão, é na verdade componente de uma ideologia que possui algumas bases, as quais se obscurecem por trás de noções como pragmatismo, eficiência e eficácia.

O modelo gerencialista segue a mesma lógica da investigação de fenômenos humanos complexos por meio de pesquisas quantitativas, as quais buscam simplesmente reproduzir o método científico experimental para investigar fenômenos que não são assimiláveis pela lógica binária, pela linearidade causal e por equações matemáticas; ou tampouco passíveis de controle experimental em laboratório⁵³. O que se evidencia em muitas pesquisas é um reducionismo caracterizado pela construção de modelos abstratos que atendem ao comando da lógica financeira. **O princípio organizador da cultura deixa de ser político e passa a ser financeiro**, o que certamente corrompe a esfera política, a qual deixa de ser o campo para discussão dos assuntos da cidade, no qual diferentes grupos sustentam suas posições e ideias buscando-se um acordo, e torna-se uma extensão do mercado de trocas, no qual prevalece o mais forte, no caso, o mais rico. Deste modo, a esfera política rende-se aos grupos que comandam as finanças ou que possuem força financeira⁵⁴.

⁵² A desigualdade social tem uma História e uma perpetuação e ampliação (ou eventualmente redução) que se inserem nesta História. As desigualdades existentes contemporaneamente não se iniciaram com a acumulação flexível e o pre-domínio das finanças na gestão dos negócios e do trabalhar, mas certamente vêm acentuando-se nos últimos 40 anos.

⁵³ O famoso experimento de Philip G. Zimbardo, simulando uma prisão na Universidade de Stanford, é um caso notório da impossibilidade de se realizar simulações controladas dos complexos contextos humanos.

⁵⁴ Certamente o “Mensalão” e os acontecimentos revelados pela Operação Lava-Jato atestam isso. É importante perceber, porém, que o fenômeno de captura da dimensão política pela dimensão financeira está presente em todos os países capitalistas, variando seu colorido em função das características histórico-culturais do país. Isso não quer dizer, por outro lado, que a atuação do Judiciário brasileiro a partir de 2013 seja isenta e neutra. Pelo contrário, o Judiciário, como parte da estrutura política, também é capturado por interesses financeiros, e principalmente de classe, tornando-se um dos grupos mais privilegiados da sociedade, compondo

Em relação ao predomínio de uma lógica da eficácia nos modelos de gestão, Gaulejac (2005) propõe a seguinte questão: o conhecimento é fruto da eficácia ou do sentido? Colocando de outro modo, a eficácia defendida pelos gestores é correspondente a um conhecimento sobre o trabalhar humano? E conhecer o trabalhar humano pode ser resumido à busca por eficácia? O que este autor aponta é que as ciências da gestão reduziram o ser humano e as relações sociais no trabalho a modelos esquemáticos que não incorporam o elemento humano, mas sim o reduzem a um recurso como outro qualquer, a ser tabelado numa planilha ou inserido no fluxo de um diagrama. Nesse sentido, indicando como a atitude experimental não se aplica às questões de gestão, Gaulejac aponta que “a gestão encontra no modelo experimental os fundamentos de uma cientificidade que lhe escapa” (Ibid, p. 75). O modelo gerencialista, portanto, sustenta-se em pés de barro, pois o modelo científico não dá conta da complexidade das relações sociais no trabalho. Por outro lado, esse modelo atende ao império da lógica financeira e sob essa égide, tem pés de ouro. Afinal, ele se sustenta em bases aceitas como científicas e serve ao seu senhor, o capital. Fazer o questionamento epistemológico dos modelos de gestão é de saída indagar-se o que é trabalhar e para que ou quem trabalhamos?

De forma resumida, podemos dizer que o que está em questão é a redução do trabalho à racionalidade instrumental, a qual poderia ser contemplada pela pesquisa científica positivista. O que escapa a esse desenho é toda relação humana com o trabalho, envolvido aí o sentido do trabalho, a simbologia, a comunicação, as relações de poder, a participação social e acrescentaríamos, a subjetividade, o inconsciente, os afetos e a força das pulsões. Para as ciências da gestão, o que interessa é a manobra eficaz e o alcance dos resultados e metas, o que vêm ocorrendo sob o preço de trabalhadores cada vez mais alienados e adoecidos. O elemento contextual, a Sociologia e a História, a Psicologia profunda, nada disso importa e, pelo contrário, disturba a aplicação eficaz das técnicas de gestão:

O método experimental é um método de investigação que, com uma preocupação de cientificidade, contribui para instrumentalizar aqueles que dele são objeto. Seu interesse é evidente nos registros da física, da química, das ciências naturais, ou ainda na medicina, quando se trata de testar um medicamento. Convém, então, medir precisamente o impacto de uma modificação sobre um sistema suficientemente identificado. Mas o método é pertinente apenas se certas condições estiverem reunidas: a identificação dos diferentes fatores causais no interior de um sistema finito, do qual se possa descrever com precisão todos os elementos e suas interações. É preciso poder aplicar a célebre fórmula dos físicos: ‘todas as coisas iguais de um outro ponto de vista’. Essa

uma elite muito específica entre os “donos do poder”.

condição raramente está presente no campo da atividade humana, particularmente nas empresas confrontadas com mudanças contínuas. No turbilhão da história, A nunca é igual a A. Estamos aqui diante de um paradoxo: a gestão é uma ciência que se pretende a-histórica, ao passo que assume a tarefa de apreender uma realidade social profundamente marcada pela história (GAULEJAC, 2005, p. 77).

Deste modo, repensar as técnicas de gestão a partir de um sujeito dividido e de uma perspectiva epistemológica crítica nos parece essencial. A negação da ideologia nos modelos de gestão predominantes, naturalizando uma perspectiva que é socioeconômica e historicamente construída, deve ser revista. Que pelo menos se reconheça que a gestão é prisioneira do dólar! E, conseqüentemente, que os trabalhadores não são reconhecidos pelo seu pensamento, conhecimento ou esforço de trabalho real, mas sim pelo retorno proporcionado sobre o capital investido, sem garantias de permanência no emprego mesmo quando seu desempenho alcança as metas propostas pela gerência. Além disso, é importante indagar a ideia de felicidade no trabalho – o que é esse movimento de buscar eliminar as dores e dificuldades do trabalho, transformando as angústias cada vez mais presentes no ambiente de trabalho em oportunidades de desenvolvimento e superação de desafios, de uma forma superficial, desconsiderando-se o ponto em que ser resiliente deixa de ser saudável e passa a ser adoecedor! E chamando de resistência à mudança o desejo legítimo por equilíbrio e estabilidade que muitos trabalhadores têm? Que desenvolvimento é este? É de fato algo para o trabalhador? Ou mera captura imaginária por uma via que se adequa ao patrocínio do prazer presente na cultura contemporânea? O discurso do capitalismo engole a todos, mas podemos tentar segurar a mordida desse crocodilo com um arco reflexivo. Não apenas os trabalhadores devem unir-se, mas devem unir-se sob uma perspectiva reflexiva crítica. Esse reposicionamento depende do reconhecimento de um outro sujeito, o sujeito descentrado e desejante que a Psicanálise tem feito emergir desde o trabalho seminal de Freud! E não há como repensar o trabalho sem discutir a estrutura político-social-econômica no seio da qual os trabalhadores realizam suas tarefas e, algumas vezes, quando apesar de tudo conseguem, suas obras.

O laço social que se estabelece por meio do trabalho atualmente, sob a égide do desempenho e da avaliação individual de desempenho, numa relação atravessada por planos de negócios, objetivos estratégicos e mapeamento de processos e perfis profissionais flexíveis, tudo isso parece excluir da organização do trabalho a singularidade e a causalidade subjetiva das escolhas pessoais bem como um verdadeiro convívio entre os trabalhadores, que fosse marcado pela intersubjetividade e pelo reconhecimento do saber-fazer dos co-

legas. Ao contrário, sob o véu da meritocracia, prevalecem o individualismo, a competitividade muitas vezes espúria e a diminuição da solidariedade. Nesse sentido, o que aparece como “bem realizado” do ponto de vista da produtividade pode ter um custo elevadíssimo em termos da economia do corpo de um sujeito, em termos de sua saúde.

Deste modo, após nos posicionarmos epistemologicamente e propormos uma breve descrição do trabalhar na contemporaneidade, vamos retornar às obras freudianas nas quais o pai da Psicanálise reflete sobre a formação das comunidades humanas e sobre a estrutura profunda da Cultura. Este retorno a Freud, porém, será marcado por um diálogo com o campo da Psicodinâmica do Trabalho, por meio principalmente da obra de Christophe Dejours, de modo que possamos atualizar a crítica freudiana a partir dos achados clínicos e construtos teóricos inaugurados por esse pensador francês. Esperamos ampliar a compreensão sobre o trabalhar na contemporaneidade e apresentar derivas possíveis, de forma que repensar o trabalhar possa ser também um repensar a pólis e a democracia na contemporaneidade.